



Aurora.

revista de arte, mídia e política

ISSN 1982-6672 - São Paulo, v.6, n.18, out.2013-jan.2014

Abrangência(s)₂

Conselho Editorial

Ana Amélia da Silva (PUC-SP)
Celso Fernando Favaretto (USP)
Fernando Antonio de Azevedo (Universidade Federal de São Carlos)
Gabriel Cohn (USP)
José Luis Dader García (Universidad Complutense)
Laurindo Lalo Leal (USP)
Maria do Socorro Braga (Universidade Federal de São Carlos)
Maria Izilda Santos de Matos (PUC-SP)
Miguel Wady Chaia (PUC-SP)
Raquel Meneguelo (UNICAMP)
Regina Silveira
Silvana Maria Correa Tótoro (PUC-SP)
Yvone Dias Avelino (PUC-SP)
Venício Artur de Lima (UnB)
Vera Lucia Michalany Chaia (PUC-SP)
Victor Sampedro Blanco (Universidad Rey Juan Carlos)

Editores

Rafael de Paula Aguiar Araujo, PUCSP, Brasil
Rodrigo Estramanho de Almeida, FESPSP, Brasil

Comitê Editorial

Silvana Gobbi Martinho, PUCsp, Brasil
Marcelo Burgos Pimentel dos Santos, PUC-SP
Bruno Carriço Reis, Universidade de Cabo Verde, Cabo Verde
Eduardo Luiz Viveiros de Freitas, Panamericana Faculdade de Arte e Design;
Estácio-Uniradial SP, Brasil
Claudio Luis de Camargo Penteado, UFABC, Brasil
Miguel Wady Chaia, PEPG em Ciências Sociais / PUC-SP, Brasil
Rose Rosemary Segurado, PUC-SP, Brasil
Vera Lucia Michalany Chaia, PUC, São Paulo, SP, Brasil
Cristina Maranhão, PUCSP, Brasil
Syntia Alves, PUC-SP, Brasil

Revisão de texto

Mirella Nascimento

Arte e Diagramação

Alessandra Felix de Almeida

Aurora: revista de arte, mídia e política é uma publicação do NEAMP - Núcleo de Estudos em Arte, Mídia e Política do Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP)



Este trabalho está licenciado sob uma Licença Creative Commons Attribution 3.0.

Abrangência(s)₂

Sumário

Nota dos Editores 3

Artigos

Perspectivas sobre participação digital: uma análise de blogs de política no debate sobre o ENEM 5-25

Claudio Luis de Camargo Penteado
Luan Felipe Novak Noboa

Organizações Globo *versus* Ancinav: relato de uma disputa 27-41

Marina Rossato Fernandes

A lanterna e o farol: Bangu e o clássico da sobrevivência 43-59

Júlio César de Lima Bizarria
Pedro Jorge Lo Duca Vasconcellos

O Clube da Esquina no contexto ditatorial 61-76

Cauhana Tafarelo de Oliveira

John Cage: música, política, cogumelos 77-84

Alexis Milonopoulos

Coluna

Maquiavel e a origem política dos conceitos políticos modernos 85-89

Antonio José Romera Valverde

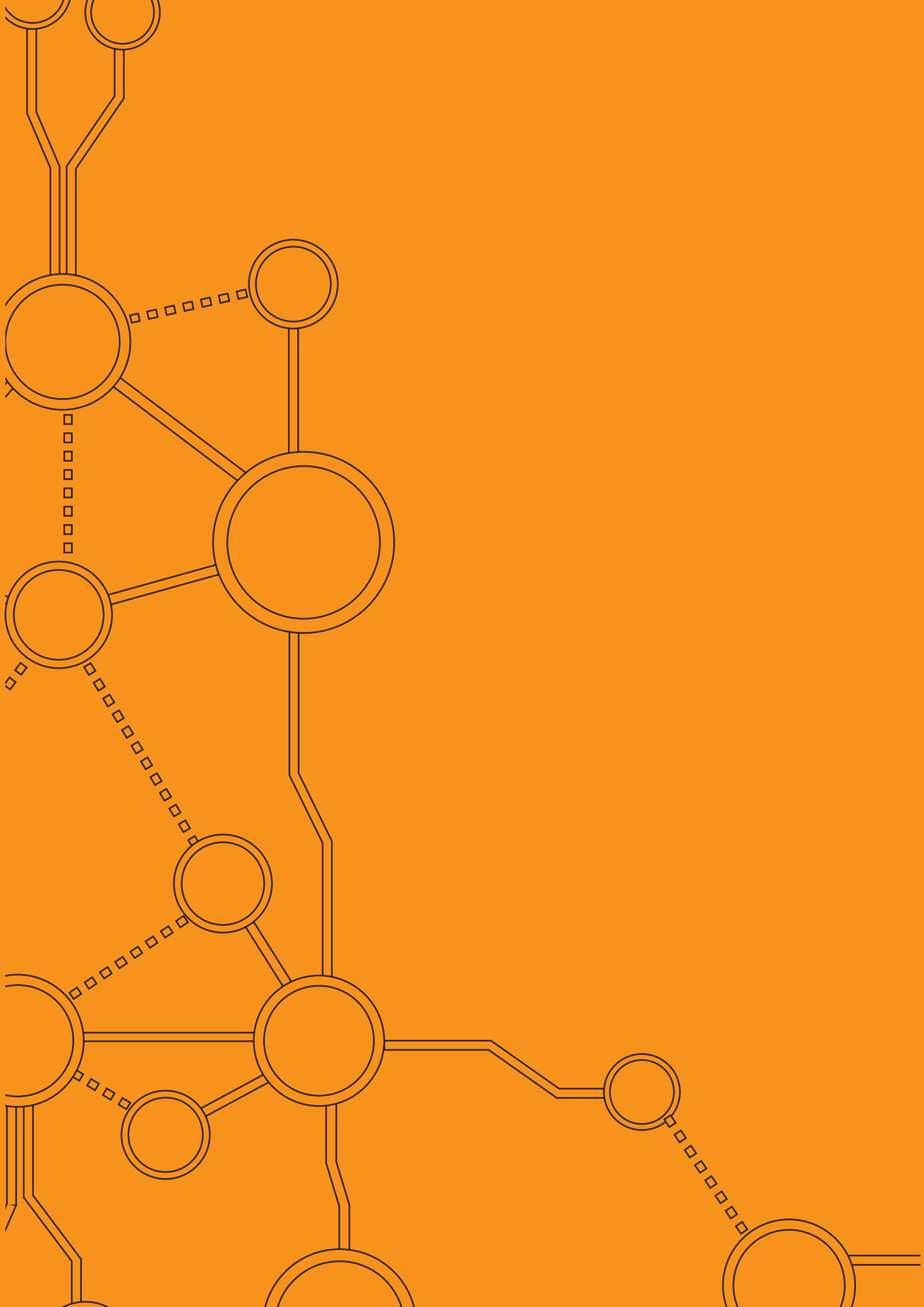
Aurora: revista de arte, mídia e política chega ao seu décimo oitavo número e completa seis anos de existência com mais um número dedicado às suas áreas de concentração. Assim, Abrangência(s)₂, confere continuidade ao número anterior, compilando artigos que relacionam política e ciência política nas transversalidades com as diferentes mídias e artes. Internet, sociedade, cinema e música dão o tom da publicação [o] ENEM, Globo, Ancinav, futebol, Bangu, Clube da Esquina, ditadura, John Cage e política são algumas palavras chave deste número abrangente.

Ao final a coluna do professor Antonio Valverde sobre Maquiavel e a origem dos conceitos políticos modernos registra a contribuição da Aurora aos 500 anos da publicação de *O Príncipe*.

Boa leitura!

São Paulo, outubro de 2013

Os editores



Perspectivas sobre participação digital: uma análise de blogs de política no debate sobre o ENEM

Claudio Luis de Camargo Penteado¹

Luan Felipe Novak Noboa²

Resumo: O artigo objetiva analisar a blogosfera como espaço de debate sobre políticas públicas setoriais, avaliando a possibilidade das novas Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) como espaço informativo alternativo de discussão pública e de debate do campo político. A pesquisa estudou a cobertura e o debate na blogosfera sobre o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM). Para o estudo, foram avaliados (a) a incidência do tema, (b) o enquadramento dos posts e (c) o debate nos fóruns de comentários. Os resultados indicam que apesar da importância do Exame, o assunto teve pouca repercussão nos blogs e nos fóruns. O debate sobre essa política pública foi praticamente inócuo, prevalecendo uma abordagem típica dos meios de comunicação tradicionais, que deram ênfase aos escândalos envolvendo o ENEM, em vez de promover um debate mais amplo. Trazendo para o centro da reflexão o caráter das possibilidades das chamadas TICs e suas realizações.

Palavras-chave: Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs). ENEM (Exame Nacional do Ensino Médio). Blogosfera. Políticas públicas setoriais.

¹ Cientista Político, professor da Universidade Federal do ABC, pesquisador do Núcleo de Estudos em Arte, Mídia e Política. E-mail: claudio.penteado@ufabc.edu.br

² Pesquisador do Núcleo de Ciência, Tecnologia e Sociedade da UFABC. E-mail: luan_novak@gmail.com

Abstract: This article aims to analyze the blogosphere as a space for debate about public policies evaluating the possibility of new Information and communication Technologies (ICTs) like a new arena and tool of political action. The political blogs approach gives a new visibility for the policy and creates an alternative space for public discussion. This research studied coverage and debate in the blogosphere about Exame Nacional de Ensino Médio - ENEM (National Evaluation of high school – Brazilian policy education). We evaluated (a) occurrence of the issue, (b) post's framing and (c) the debate inside commentaries forums. The result indicates that the blogs have little attention for the evaluation of ENEM. The political blogs emphasized the scandals related to policy, instead of promoting a wide debate about it.

Keywords: Information and communication Technologies (ICTs). ENEM (National Evaluation of high school). Blogosphere.

1. Introdução

Diante do rápido crescimento dos meios de comunicação e sua consequente influência nas relações sociais, podemos observar hoje uma quantidade crescente de pesquisas e literaturas que visam a compreender as pertinências da mídia digital, evidenciando uma importante agenda de estudo no campo das Ciências Sociais. Na área da política, o uso de mídias digitais e suas múltiplas possibilidades de interação geram transformações das práticas políticas, desde a execução da comunicação política em campanhas eleitorais até a possibilidade de formação de um espaço virtual de debate político.

Nesse contexto, no qual os meios de comunicação (tradicionais e digitais) surgem como espaços importantes de disputa política, o debate entorno das políticas públicas, aqui entendida de maneira bastante resumida, como o “Estado em ação” (SOUZA, 2006), também passa a ocupar um lugar de destaque. Dentro desse recorte, existem poucas pesquisas voltadas para estudar as relações entre Mídia e Políticas Públicas, principalmente dentro da nova configuração da convergência digital e a consolidação da rede mundial de computadores (*world wide web*) (PENTEADO; FORTUNATO, 2011).

Em uma sociedade em que a informação passou a ser matéria-prima, o uso eficiente dos meios de comunicação se torna fundamental para paramentar os atores políticos a cerca da realidade momentânea. Castells (1999) indica que na “Sociedade em Rede” estamos assistindo à configuração de uma “Política Informacional”, na qual os atores políticos precisam saber utilizar as novas tecnologias para operar na busca e exercício do poder. Nesse contexto informacional, a mídia se torna o espaço privilegiado da ação política contemporânea.

Segundo Miguel (2003), a mídia tem a capacidade de orientar determinadas preocupações públicas, colocando em evidência certos assuntos e os priorizando no debate nacional. O jogo político não escapa de uma influência (direta ou indireta) da agenda da mídia, que pode destacar ou não determinada política.

Com o desenvolvimento das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs), a relação entre mídia e políticas públicas ganha uma nova dimensão e assume novas possibilidades de interação. O potencial interativo das TICs permite a ampliação do debate em torno das políticas, admitindo inclusive que

o cidadão comum possa emitir opiniões sobre determinados assuntos dentro dos fóruns de comunicação existentes, em especial nos blogs. Os blogs, por sua estrutura dinâmica e interativa, configuram-se como novos meios de comunicação mais ágeis e “independentes” em relação ao processo de comunicação da mídia tradicional (caracterizada pelo processo unidirecional do fluxo de informações e formação de grandes conglomerados comerciais).

Com a centralidade da mídia nas relações sociais (LIMA, 2001), a cobertura midiática é vital para a imagem do ator político. Principalmente nas democracias contemporâneas, também se faz necessária para a validação de capital político, assim como interfere na avaliação pública e continuidade de determinada política pública. Se uma determinada política pública em uma gestão alcança uma avaliação e cobertura positiva dentro dos noticiários, o gestor seguinte encontrará facilidades de sua ampliação ou continuação. Um exemplo específico dessa relação é o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM). Após a afirmação do ENEM como importante política na área de educação, em 1998, houve uma grande expansão da aplicabilidade desse programa, que hoje tem um papel central no acesso as universidades federais.

Nesse contexto, o artigo tem por objetivo analisar a blogosfera como espaço de debate público sobre políticas setoriais, reforçando a reflexão sobre as possibilidades das TICs no campo político. Para a consecução do objetivo proposto, a pesquisa estudou a cobertura e o debate na blogosfera sobre o ENEM, a partir de quatro blogs: Blog do Zé Dirceu, Blog do Noblat, Blog do Josias de Souza e o Blog do Reinaldo Azevedo. Para o estudo, foram avaliados (a) a incidência do tema, (b) o enquadramento dos *posts* e (c) o debate nos fóruns de comentários.

A escolha desses blogs está relacionada à representatividade dos principais posicionamentos políticos dentro da blogosfera brasileira e sua grande audiência dentro desse universo. Os Blogs do Josias e Noblat são representantes da grande imprensa e atraem um elevado número de usuários para seus conteúdos tendo ativa participação nos seus fóruns. Por se posicionarem de forma “neutra”, seus fóruns são caracterizados por disputas entre visões políticas contraditórias, alimentando um debate que nem sempre é caracterizado pela qualidade das argumentações e respeito às opiniões expressas (PENTEADO et al., 2010). Já os Blogs do Dirceu e do Azevedo representam, respectivamente, um posicionamento pró-governo

e contra a administração petista. Esses blogs servem para delimitar o recorte da pesquisa e balizar os posicionamentos, de forma a tentar traçar um panorama mais geral do debate na blogosfera¹.

Inicialmente, apresentamos uma breve análise sobre o ENEM como política de educação. Na parte seguinte, fazemos considerações sobre a mídia e as políticas como esferas (campos) distintas que interagem entre si. Em seguida, mostramos os resultados da pesquisa nos blogs selecionados. Ao final, fazemos algumas considerações sobre os resultados alcançados.

2. ENEM: uma análise como política pública educacional

O ENEM surge concomitantemente à oficialização de outras políticas específicas criadas pelo governo de Fernando Henrique Cardoso visando a uma reformulação do panorama educacional do Brasil. O exame veio no encalço de um projeto maior que contava com a formalização das seguintes políticas: implantação do Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB), em 1995, e da implantação do Exame Nacional de Cursos (ENC), em 1996 (que se tornaria o atual Exame Nacional de Desempenho de Estudantes – ENADE). Somados à implantação do ENEM em 1998, durante a segunda gestão de FHC, essas políticas acompanhariam um aumento do número da oferta de educação no país. Nesse quadro de ampliação das possibilidades de estudo criado nos anos 90, que teve por objetivo a formação de um programa que trouxesse informações privilegiadas sobre as condições do ensino nacional para os gestores do Ministério da Educação (MEC) (FREITAS et al, 2009).

No governo Lula, o ENEM passou a ser um meio para a formulação de outros dois programas educacionais: o Programa Universidade para Todos (PROUNI)², caracterizado por fornecer bolsas para estudantes aprovados em universidades particulares (as bolsas podem chegar até 100% da mensalidade conforme as condições socioeconômicas e pontuação no ENEM), e o Programa

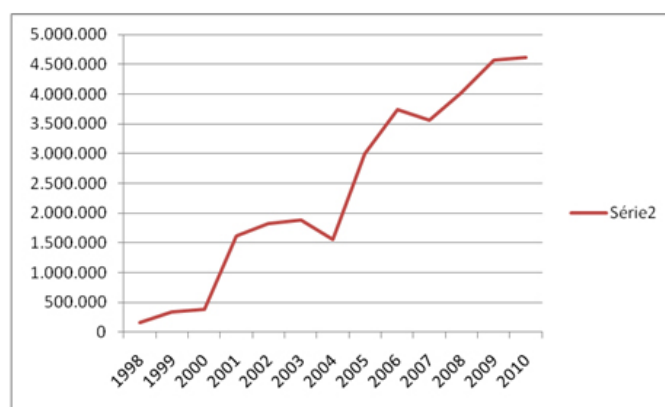
¹ É importante destacar que a blogosfera é composta por uma extensa variedade de posicionamentos políticos, para esse estudo optamos por um recorte específico tentando criar um panorama simplificado do debate na blogosfera sobre a política em questão.

² Medida Provisória, Nr 213, de 10 de setembro de 2004.

de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI)³, caracterizado pela expansão da oferta de universidades federais em regiões específicas do país (como parte de um projeto maior para a diminuição das contradições do território brasileiro).

A fim de contextualizar o exame ao longo desses anos, podemos analisar sua abrangência e como ela está correlacionada ao paradigma do ensino superior no país, correlacionando sua afirmação como política pública de importância a realidade nacional. Primeiramente, analisemos sua capacidade atingir seu público-alvo.

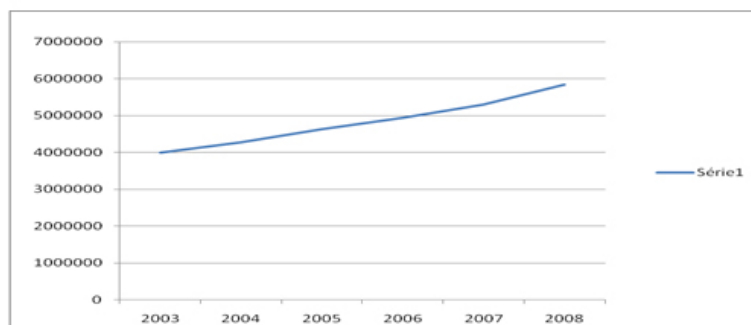
Gráfico 01: Progressão de participantes no ENEM conforme o ano da prova



Fonte: MEC/Inep, 2010.

Pelo primeiro gráfico, percebe-se uma forte ampliação do número de inscritos em 2000, momento em que, partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, temos traçadas as mudanças de realidade do Ensino Médio, e, em um segundo momento, a partir de 2004, com a introdução do PROUNI.

Gráfico 02: Número de Matrículas no Ensino Superior.



Fonte: MEC/Inep, 2010.

³ Instituído pelo Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007.

O segundo gráfico indica um crescimento praticamente linear de matrículas realizadas no ensino superior. Entretanto, ao se comparar esse fenômeno com a grande progressão de estudantes que prestaram o ENEM, principalmente a partir de 2004, perceberemos que as inscrições de estudantes no ensino superior não obedecem à mesma lógica de progressão que a dos estudantes que prestaram o ENEM, o que revela um aspecto relevante para a compreensão do exame.

3. Mídia e política: duas esferas distintas.

Os processos que levaram ao desenvolvimento dos meios de comunicação ao longo de sua história sempre interferiram nas dinâmicas das sociedades das quais estes se integravam (THOMPSON, 1998).

Os mecanismos do desenvolvimento da imprensa passam a coincidir com os dispositivos de aprimoramento do próprio jogo político, assim como as contradições inerentes a ambos passam a coexistir. Das novas perspectivas da revolução industrial no século XVIII na Inglaterra e sua expansão quase forçada ao redor do globo ao longo do século XIX (POMERANZ, 2000), novas oportunidades foram criadas e as bases industriais desses séculos garantiram respaldo para a divulgação da indústria da mídia. Os jornais primeiramente passaram a ganhar grande difusão, sendo que cada vez mais esses puderam ser acessados por classes operárias.

No século XIX, temos a difusão dos tabloides que se popularizam e se consolidariam como importante mecanismo “cultural” premeditando realidades a ponto de determinar questões de importância para a esfera pública (THOMPSON 1998).

Se os governantes já presenciavam esses novos mecanismos de interação com a população ao longo do século XIX, seria justamente no século seguinte que a velocidade das transformações dentro do “espaço mídia” sofreria brusca guinada. Do surgimento do rádio e do cinema no começo do século XX, surgem oportunidades de adquirir capital político, principalmente pela consolidação do sistema democrático, no qual a imagem pública passa a ser um elemento essencial dentro do jogo político, conferindo maior relevância às empresas de

||

comunicação. Essa situação ganha maior alcance político com a televisão, que rapidamente se torna o principal meio de comunicação, com ampla penetração social, fazendo parte do cotidiano das pessoas, palco privilegiado da exposição política e disputa de visibilidade.

A possibilidade de ser visto e de se comunicar com grande número de pessoas por meio de técnicas de retórica e oratória e a presença de um sentido único de visão, onde o ator passa a ser “visto” distante da interação da plateia (no caso da televisão), cria a necessidade de adequação do jogo político a essa realidade de administrar a visibilidade como mais uma variável dentro das relações de poder na sociedade contemporânea.

O sentido unidirecional das mídias hegemônicas cria um panorama onde o espectador vê, ouve ou lê o ator (político), mas não consegue interagir diretamente com ele (THOMPSON, 1998). Dentro do mecanismo unilateral de distribuição de informação não há surpresas quanto ao direcionamento dos meios vinculadores. A ideia de uma mídia habermasiana neutra passa a não fazer sentido nesse jogo onde a imagem assume extrema importância (MIGUEL, 2002). Nesse contexto, passam a atuar como grupo de interesse, criam pressões e impressões que irão povoar o debate político, atuando na defesa de seus interesses.

A opinião pública se mostrará sobre grande influência da mídia, o campo político irá interagir com o campo midiático e vice-versa, em uma relação dialética (HOWLET, 2000). No que diz respeito às políticas públicas, não será diferente a correlação dessas interações. Determinadas políticas específicas ganham destaque dentro da esfera da mídia gerando visibilidade (positiva ou negativa) para seus idealizadores e responsáveis. Esses atores políticos têm nessa exposição midiática a possibilidade de alterações em seu capital simbólico e as próprias políticas públicas também passam a serem pautadas de capital simbólico e capital político conforme se fazem contínuas e presentes.

Dentro desse contexto, se mostra a interação desses dois campos. Uma política pública, ao ser bem-sucedida, não depende unicamente da arrecadação de seu capital simbólico dentro da mídia, mas também da acumulação do próprio capital político diante dos atores envolvidos. Assim sendo, uma política específica pode receber grande exposição negativa dos meios da mídia e permanecer ainda em vigor ou, por receber essa grande exposição negativa, e ser reprovada pelos

atores políticos, preocupados com a administração de sua visibilidade (imagem), promovendo mudanças ou mesmo finalizando-a.

Compreender o campo das políticas públicas como uma forma de intervenção técnica da burocracia governamental também tem de levar em conta os aspectos políticos que exercem influência em sua definição, elaboração e implementação. Nesse caso, as interações com a esfera midiática são importantes variáveis a serem observadas dentro do processo de tomada de decisão das políticas.

Posta a influência da mídia tradicional diante o campo das políticas públicas, conduzimos o debate para a mídia digital. Para entender esse fenômeno, apresentamos abaixo um estudo da cobertura da blogosfera⁴ sobre uma política pública específica, o ENEM.

4. Análise dos blogs de política

O campo de pesquisa que compreende as interações de cunho político na internet ainda está em fase de consolidação, sendo, portanto, um campo de trabalho que apresenta ainda diversos desafios a serem transpostos. Do ponto de vista metodológico, tem-se ainda em evidência a necessidade de formulações de metodologias que consigam traduzir esse fenômeno relativamente novo e ainda transpor essa dificuldade com todo o rigor científico que cabe a uma análise. Dentro desse paradigma, para a efetiva interpretação dos dados coletados, será usada a metodologia de estudos de blogs de política desenvolvida por Penteado et. al.(2009).

A seguinte metodologia baseia-se na classificação e organização do conteúdo das mensagens a ponto de possibilitar uma análise com maior propriedade o perfil geral das mensagens e do comportamento político daqueles que comentam os blogs selecionados. Para tanto, vale-se da definição de categorias que evidenciem um dado comportamento e da hierarquização do conteúdo das mensagens dentro dessas categorias, sendo:

⁴ A blogosfera é formada pelo coletivo de blogs que atuam na internet. Os blogs são sites de fácil utilização e rápida atualização. Seu formato permite fácil criação e operação. Esses espaços também possibilitam que os leitores emitam opiniões por meio de fóruns.

Informativo direto: Mensagens em que o conteúdo é voltado para informar algo, sem interpretações quanto à informação, nesse caso trazida diretamente pelo autor sem demonstrar a fonte. Interessante para verificar o posicionamento do autor a uma dada questão.

Informativo indireto: Mensagens em que o conteúdo é voltado para informar algo, sem interpretações quanto à informação. Nesse caso, essa informação é trazida pelo autor, porém este a relaciona a terceiros, garantindo maior credibilidade e isentando o autor da mesma, utilizada para acrescentar novos dados à discussão.

Avaliativo crítico: Mensagens com argumentação a partir de uma lógica reflexiva, propondo-se a levantar dados, debater argumentos e introduzir novas questões ao tema. Nessas mensagens, o conteúdo é bem organizado e os argumentos apresentam boa propriedade. Seu conteúdo poderá propiciar novas reflexões e, por fim, trazer ao debate novas ideias.

Propositivo: O autor da mensagem evidencia grande preocupação em buscar soluções para o tema, mesmo que nessa preocupação esteja uma crítica a uma dada estratégia pertinente ao tema. A vontade do autor estará presente na argumentação mesmo que sua possível solução não tenha qualidade, viabilidade ou intencionalidade. Nesse conteúdo, fica reconhecido algum traço de ação política por parte do autor.

Irônico: Nessa mensagem, o recurso da escrita está pautado pela ironia. Do ponto de vista do pesquisador reconhecer que uma mensagem seja irônica implica entender o contexto ao qual ela está inserida.

Avaliativo moral: Nesse conteúdo, além do apego à opinião pessoal do autor estará presente a ideia de construção de moral, elementos bastante pessoais estarão contidos e indicarão certos sentimentos por parte do autor. Também serão consideradas como avaliativas morais mensagens que justifiquem sua argumentação com recursos dogmáticos.

Opinativo: A mensagem será classificada como opinativa ao trazer dentro da sua construção opiniões pessoais do autor com respeito a um tema, argumentados ou não. Essa categoria poderá ser somada a informativa direta/indireta, dependendo do recurso usado pelo autor ao trazer informações que demonstrem suas convicções, geralmente estas terão conteúdo argumentativo a fim de defender um posicionamento político ou outro interesse.

Posicionamento político: Uma mensagem com posicionamento político estará pautada por argumentações que evidenciem ideologias ou partidarismos. Nesse caso, também se faz necessário que o autor tenha conhecimento prévio do tema a ponto de poder identificar dentro da construção argumentativa tendências e comportamentos políticos.

Dispersivo: Classificação exclusiva para comentários por ser marcada pela exclusão de importância do tema e utilizar aquele espaço para comentar qualquer outro objeto de interesse do autor sem apego ao tema.

5. Introdução ao Objeto de Estudo

O blog de José Dirceu⁵ é independente, ou seja, não está situado em nenhum site de empresa de mídia, fato que garante ao autor maior liberdade ao comentar suas pautas diárias. Dirceu é um ator político marcado pela sua relação com o Partido dos Trabalhadores (PT), o qual ele colaborou em seus momentos de fundação na década de 80, chegando a ser o presidente da sigla. A postagem no blog ocorre diariamente, com ênfase nas questões políticas abordadas pela agenda midiática (indicando o caráter de agendamento da mídia). Essas mensagens frequentemente apresentam links que oferecem conexões para outros espaços digitais e comumente relacionadas a mensagens internas.

O blog de Ricardo Noblat⁶ está vinculado a um grande centro de mídia tradicional, o portal do jornal “O Globo”. Essa localização confere maior visibilidade e número de acessos a seu conteúdo, além de grande participação dos leitores nos espaços interativos. Em contrapartida, por estar associado a uma empresa jornalística, Noblat tem menor independência em suas publicações, pois sua atuação está ligada a linha editorial da corporação. Suas pautas diárias são marcadas por postagens constantes que ocorrem diversas vezes ao decorrer do dia. Em sua maioria são clippings de outros centros de comunicação tradicional, jornais de grande vinculação como o Estadão e a Folha, além da contribuição de diferentes atores com posições diversas, inclusive José Dirceu. Noblat, por ser um dos pioneiros dessa atividade, é uma das maiores referências quando se trata

⁵ Disponível em: <http://www.zedirceu.com.br/>

⁶ Disponível em: <http://oglobo.globo.com/pais/noblat/>

de análises de comportamento político dentro da Web.

O blog de Josias de Souza⁷ encontra-se hospedado no site do jornal “Folha de São Paulo”, Folha Online, um dos mais tradicionais do Estado. Como Noblat, a localização em um site associado a mídia tradicional garante acessibilidade e boa visibilidade. Seu funcionamento é semelhante ao do Blog do Noblat, contudo sua postagem é mais pessoal, apesar de publicar conteúdo de outras fontes.

O blog de Reinaldo Azevedo⁸ encontra-se na página da “Veja”, Veja Online, revista semanal de maior circulação no país. A revista tem um histórico marcado pelos ataques ao PT, sendo que dessa linha de frente Azevedo encontra-se em lugar de destaque. Seu blog tem grande número de acessos e comentários, sempre na linha opositora a “esquerda” brasileira, inclusive atribui-se a ele a criação do termo “petralha” (fusão das palavras petista e irmãos metralha). A análise de Azevedo se justifica por ser um blog bastante acessado e por trazer uma contraposição ao Blog do Dirceu.

Em termos de análise de conteúdo postado (mensagens) obtivemos a seguinte realidade:

Tabela 01: Análise do conteúdo das postagens.

Classificação	DIRCEU		NOBLAT		JOSIAS		AZEVEDO	
	Ocorrência	%	Ocorrência	%	Ocorrência	%	Ocorrência	%
Inf-Direto	5	41,67	12	10,26	9	52,94	23	57,50
Inf-Indireto	8	66,67	82	70,09	8	47,06	18	45,00
Av-Crítico	3	25	5	4,27	0	0,00	4	10,00
Propositivo	1	8,33	3	2,56	0	0,00	0	0,00
Irônico	5	41,67	8	6,84	10	58,82	9	22,50
Av-Moral	1	8,33	1	0,85	1	5,88	29	72,50
Opinativo	10	83,33	61	52,14	15	88,24	38	95,00
Pos Político	9	75	22	18,80	13	76,47	38	95,00

Os perfis de Noblat e Josias são tradicionalmente mais informativos. Esses autores são pautados por um forte dinamismo trazendo várias notícias diariamente. No caso de Noblat, geralmente são vinculadas a terceiros (70%). Josias já traz mais conteúdos diretos (53%). Percebemos, no entanto bastante posicionamento político, apesar de os textos terem um caráter mais direto, comumente tratando o tema em sua superfície, a estrutura da escrita nessa lógica

⁷ Disponível em: <http://josiasdesouza.folha.blog.uol.com.br/>

⁸ Disponível em: <http://veja.abril.com.br/blog/reinaldo/>

dinâmica quando demonstra esse posicionamento vale-se principalmente da imagem do ator político. Em termos de mensagens, é justamente em Noblat que encontramos um ambiente mais equilibrado e diversificado.

O conteúdo do Blog do Dirceu foi marcado por um texto que reforça a posição do PT, textos bastante opinativos, nem sempre as análises feitas por esse se fazem com base de dados coletados, comumente se mostram valendo da livre interpretação do autor. Azevedo também apresenta estrutura semelhante. Ele usou cerca de 95% de seu espaço para opinar quanto ao tema sempre questionando a posição petista. Seus textos surpreendem pelo apelo constante a moral 72%, como plano de fundo para tecer suas críticas, esse apelo a moral tende a minar um ambiente de debate.

Quanto à análise dos comentários daqueles que participam dos fóruns desses autores, obtivemos:

Tabela 02: Análise do conteúdo dos comentários

Classificação	DIRCEU		NOBLAT		JOSIAS		AZEVEDO	
	Ocorrência	%	Ocorrência	%	Ocorrência	%	Ocorrência	%
Inf- Direto	8	19,51	55	5,34	74	22,22	192	25,10
Inf-Indireto	2	4,88	19	1,84	3	0,90	52	6,80
Av-Crítico	1	2,44	9	0,87	13	3,90	29	3,79
Propositivo	0	0,00	6	0,58	2	0,60	14	1,83
Irônico	1	2,44	87	8,45	12	3,60	74	9,67
Av-Moral	6	14,63	371	36,02	134	40,24	567	74,12
Opinativo	38	92,68	985	95,63	303	90,99	620	81,05
Pos Político	27	65,85	587	56,99	281	84,38	515	67,32
Dispersivo	7	17,07	532	51,65	174	52,25	346	45,23

A avaliação dos fóruns indicou altos conteúdos opinativos⁹, fortes apelos à moral, conteúdos dispersivos, pouco conteúdo propositivo e conteúdos informativos quando presentes pautados principalmente pela troca de experiências, apesar dessas vertentes que traduzem um conteúdo de baixa propriedade argumentativa, os baixos índices de ironia demonstram no entanto que mesmo que não propicia ao debate esta atmosfera é razoavelmente propícia a exposição de opiniões diversas.

Em Dirceu, percebeu-se nos fóruns que o debate se faz muito próximo ao fenômeno de “pregação para convertidos”, apresentado por Norris (2001). Essa estrutura não é muito positiva, pois há pouco espaço para a divergência de

⁹ De maneira geral, os conteúdos opinativos se mostraram próximos aos 90%.

ideias, condição essencial ao se discutir participação política.

Esse fenômeno apresentado em Norris (2001) também se mostra no blog de Azevedo, o contexto deste é pautado por grande posicionamento político, como já era esperado devido àqueles que buscam ler Azevedo e os motivos que os levam a isto se fazerem relacionados às duras e constantes críticas deste ao PT.

Quanto aos comentários, Noblat se mostra o espaço que melhor lida com a diversidade ideológica. Existem divergências, mas poucas vezes estas levam a um conteúdo pautado por construções argumentativas razoáveis que possibilitem ao leitor uma lógica de análise. E, quando existem discussões, estas são pautadas principalmente em pretextos também espetaculares, como divergências de gestões públicas reduzidas a imagens de seus atores políticos.

A tendência seguida por Josias também é pautada pela mesma lógica de Noblat, ambiente mais diversificado, mas ambos sofrem com metade de seus comentários serem dispersivos à temática do *post*. Em Josias, os posicionamentos políticos são mais extravasados principalmente contrários ao governo do PT.

Dentro do tema ENEM, foram identificados alguns subtemas que apareceram com maior frequência. Estes ajudam a refinar a análise do objeto e evidenciar o direcionamento do debate sobre a temática em estudo.

Tabela 03: Análise do conteúdo dos comentários

Sub-tema	DIRCEU		NOBLAT		JOSIAS		AZEVEDO	
	Ocorrência	%	Ocorrência	%	Ocorrência	%	Ocorrência	%
Fernando Haddad	1	8,33	42	35,90	28	70,00	9	52,94
Eleições 2010	7	58,33	11	9,40	1	2,50	2	11,76
Credibilidade do exame	1	8,33	24	20,51	4	10,00	3	17,65
Educação no Brasil	3	25,00	10	8,55	5	12,50	1	5,88
Outros	0	0,00	30	25,64	2	5,00	2	11,76
Total	12	100,00	117	100,00	40	100,00	17	100,00

No caso de Dirceu, percebe-se que este lida com o ENEM principalmente para colocar o PT em evidência nas eleições de 2010, assim defendendo atores do partido e o exame como política bem-sucedida. Ao tratar de Fernando Haddad, visa a defendê-lo. Ademais, ainda lida com a educação no país identificando problemas e possíveis soluções, metas e desafios a serem alcançados, mas sempre com um discurso petista como base. Vale ressaltar que Dirceu é um dos membros

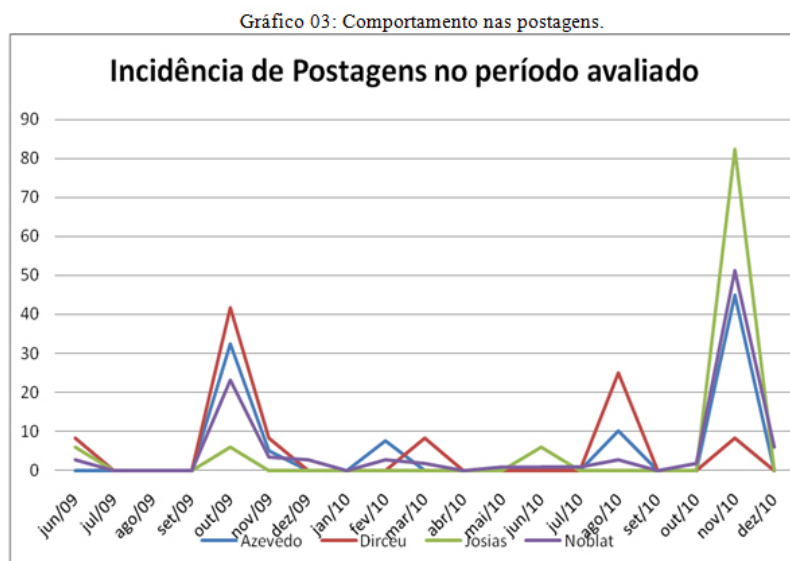
fundadores do partido, o que justifica suas diretrizes. Foi no caso de Dirceu, no entanto, que se encontraram maior quantidade de conteúdos propositivos e é este quem mais dá ênfase a educação no país como um todo.

Em Azevedo, percebemos que o autor se vale de ofensas muitas vezes para criticar o PT. A maneira como este escreve, e principalmente os indicativos que demonstram um sentimento muito forte (Avaliativo Moral 72%) com relação ao PT, indicam seu constante posicionamento político. Tendo o ENEM como recorte, foi observado que Azevedo usa o tema principalmente para atacar a imagem de Haddad. Mesmo fazendo críticas à credibilidade do exame, percebemos como esforço principal do autor atacar a imagem do então Ministro.

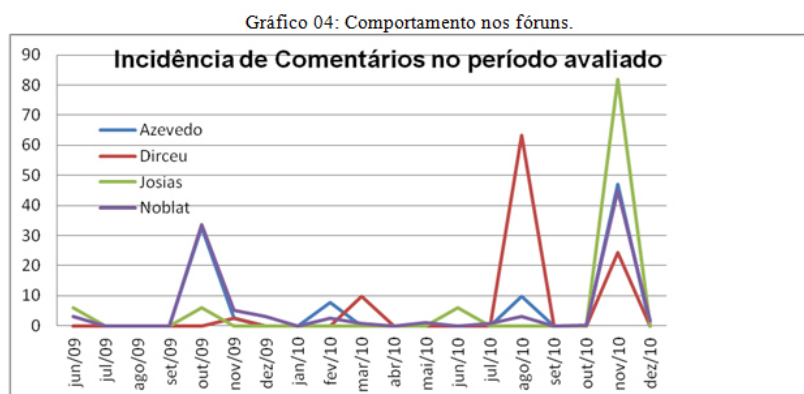
Noblat, como um espaço mais diversificado, apresenta um posicionamento crítico ao governo no caso do ENEM como tônica central. A maior ocorrência de posts informativos indiretos confere uma característica de reprodução do conteúdo midiático, ampliando os canais de comunicação sem, no entanto, produzir novas abordagens, o que de certa forma ajuda a banalizar o debate político, principalmente em relação às políticas públicas. Noblat busca trazer recortes diversificados de atores políticos de diferentes ideologias, e tem como maioria dos seus recortes textos de jornais.

Ainda superior ao próprio Azevedo, o uso do subtema Fernando Haddad por Josias reforça mais uma vez o caráter de espetacularização midiático. O autor opta por textos direcionados ao então ministro de modo a valer-se de uma abordagem reducionista como se coubesse a Haddad a inteira responsabilidade pelos fatos ocorridos. A tentativa de tornar as ocorrências mais simples mostra a banalização do debate.

O período de ocorrência das postagens obedeceu ao padrão midiático tradicional. Com exceção de Dirceu, todos os demais tiveram maiores postagens nos períodos de grande evidência do ENEM: justamente o das falhas no exame. Temos o seguinte quadro quanto à incidência de postagens.



No recorte mostrado no terceiro gráfico (de junho de 2009 a dezembro de 2010), observamos os períodos específicos onde o tema ENEM, em termos de porcentagem, recebeu mais atenção desses blogueiros. Ao contrário do que poderia supor uma lógica mais otimista, percebeu-se que o uso da temática no qual está envolto o exame seguiu a lógica de exposição midiática tradicional. Percebemos dois picos de exposição relativa. O primeiro em outubro de 2009¹⁰, instante em que o tema ganhou grande enfoque midiático, o único autor a não seguir essa tendência foi Josias de Souza. O outro momento de exposição se faz em novembro de 2010¹¹, quando novamente houve problemas relacionados ao exame. Esse é o ponto de máxima incidência dos três autores, com exceção de Dirceu, que buscava trabalhar mais a temática das eleições. O mesmo também apresenta outro ponto fora da tendência em agosto de 2010, quando utiliza o exame como defesa do PT no período eleitoral.



¹⁰ O vazamento das provas levou ao cancelamento da mesma em 1º de outubro de 2009.

¹¹ A prova foi aplicada em 6 de novembro de 2010.

A lógica dos comentários, apresentados no quarto gráfico, não foge muito do observado no gráfico anterior. Temos, de maneira geral, as mesmas porcentagens relativas, o que indica uma certa regularidade dos leitores desses blogueiros. No entanto, observamos uma peculiaridade, em termos proporcionais, enquanto agosto representa por volta de 25% da incidência da temática em Dirceu, o mesmo período recebeu cerca de 60% de todos os comentários dentro desse recorte nesse autor. O subtema mais usado por Dirceu nesse momento foi: em primeiro lugar, as eleições e, em segundo, o panorama da educação no país. Justamente o enfoque das eleições que Dirceu consegue mais comentários. Os outros abordaram pautas mais relacionadas à espetacularização sobre o tema, sem se preocuparem diretamente em fazer uma reflexão do ENEM como uma política de educação.

Temos o mês de outubro de 2009 com grandes tendências de postagens, mês em que tivemos o vazamento da prova. Em agosto de 2010, devido à proximidade com as eleições, Dirceu apresenta uma maior incidência de comentários, ao passo que os demais têm maior incidência em novembro de 2010 quando houve uma falha quanto ao gabarito da prova, além de problemas com o caderno amarelo da mesma. Esse foi o período onde mais se fizeram presentes críticas a Haddad.

6. Considerações Finais

Os blogs analisados têm como característica principal se proporem a explorar a esfera política de maneira privilegiada. Essa característica deve-se ao perfil dos blogueiros formados por jornalistas políticos com longa carreira na área e, no caso de Dirceu, por ser um político de grande influência dentro do cenário brasileiro. Aqueles que acessam esses blogs, diferentemente de outros meios de comunicação em geral, buscam especificamente opiniões sobre política. Assim, espera-se encontrar nos blogs estudados, uma ampliação e reflexão do debate político, no qual os usuários podem participar por meio das ferramentas interativas dos blogs.

No entanto, os resultados encontrados na pesquisa evidenciam que os blogs estudados, em relação ao ENEM, seguem as características da mídia

tradicional, enfatizando os temas polêmicos, em vez de propor uma ampliação do debate político. Desta forma, apesar de apresentarem ferramentas interativas e condições para um desenvolvimento do debate político, acabam funcionando como “colunas eletrônicas”, trazendo novas informações e análises centradas na agenda das grandes empresas de comunicação.

Nos parece que, no geral, aproximam-se razoavelmente das ideais para que haja um debate, contudo este não se apresenta. Podemos formular duas linhas de argumentos de modo a justificar tal ocorrência, a primeira está associada ao fenômeno indicado por Norris (2001) de “pregação para convertidos”, no qual os leitores que participam dos fóruns tendem a refletir a opinião do blogueiro, confirmando uma linha de pensamento sem, no entanto, promover o debate. A segunda está relacionada à tendência à espetacularização, típica do jornalismo tradicional, que traz para o universo da blogosfera seu *habitus* (BOURDIEU, 1992), que nada contribui para a promoção do debate público, mas ajuda a esvaziá-lo (SILVA, 2000).

No caso do estudo sobre o ENEM, observamos que o tema foi pautado pelo viés do espetáculo e direcionamento para imagem dos atores políticos por todos os blogs em análise. Esse fato evidenciado pela maior ocorrência do subtema envolvendo Fernando Haddad, o enquadramento que prevaleceu foi de críticas direcionadas ao ator político e não uma avaliação da política de educação e seus alcances.

Dentro da blogosfera, o debate sobre o ENEM foi bastante superficial, privilegiando, no caso em estudo, o vazamento das provas. O conteúdo observado por essa pesquisa não demonstra uma avaliação crítica (seja positiva ou negativa), o que de certo não ajuda a democratizar o processo de políticas públicas, muito menos corrobora com a hipótese da internet como um espaço de deliberação pública no sentido habermasiano, conforme argumentam alguns dos entusiastas do uso das TICs.

Podemos identificar que a internet apresenta possibilidades e limites. As possibilidades são identificadas pela formação de canais alternativos de comunicação e espaços de debate público onde os leitores/usuários podem expressar suas opiniões. Contudo, os blogs, pelo menos nos casos estudados, indicam uma reprodução da lógica midiática tradicional o que de certa forma acaba por limitar a discussão política, muitas vezes pautada pela baixa qualidade

das argumentações.

Entretanto, a existência em si desses espaços já representa uma maior abertura da discussão sobre política (pública ou não), como evidenciam algumas recentes manifestações, eventos políticos contra governos que usam os dispositivos da Internet para organizarem e promoverem protestos. A internet deste modo dita uma nova dinâmica política. No campo das políticas públicas os melhores exemplos de iniciativas de participação democrática pelo uso da rede são o Orçamento Participativo Digital de Belo Horizonte (SAMPAIO et al, 2010) e a experiência dos “blogs do Minc” do Ministério da Cultura (ARAUJO et al, 2010).

As contradições que a internet traz às estruturas sociais existentes pautam uma nova agenda de pesquisas para as Ciências Sociais, no qual essa pesquisa visa a contribuir.

Referências

BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 1992.

CASTELLS, Manuel. *A Sociedade em rede*, v. 1. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.

FREITAS, Álvaro Henrique; FREITAS, Elaine; BIRENBAUM, Ricardo; GARCIA, Vanessa Coelho. ENEM: um demonstrativo das mudanças socioeconômicas no perfil dos participantes. *Revista Meta: Avaliação*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 104-124, 2009.

HOWLET, Michael. A Dialética da Opinião Pública: efeitos recíprocos da política pública e da opinião pública em sociedades democráticas contemporâneas. *Revista Opinião Pública*, Campinas, v.6, n. 2, p. 167-186, 2000.

LIMA, Venício Artur de. *Mídia: Teoria e Política*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2001.

MIGUEL, Luiz Felipe. Os meios de comunicação e a prática política. *Revista Lua Nova*, São Paulo, n. 55-56, p. 155-184, 2002.

_____. Representação política em 3-D: elementos para uma teoria ampliada da representação política. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v.18, n. 51, p.123-193, 2003.

NORRIS, Pippa. Preaching to the Converted? Pluralism, Participation and Party websites. [S.I.]: Social Science Research Network Electronic Paper Collection, 2001. Disponível em: <http://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=297160>. Acesso em: 22 jun. 2013.

PENTEADO, Claudio Luis de Camargo.; SANTOS, Marcelo Burgos Pimentel dos; ARAUJO, Rafael de Paula Aguiar. Metodologia de pesquisa de blogs de política: análise das eleições presidenciais de 2006 e do movimento “cansei”. *Revista de Sociologia e Política, Curitiba*, v. 17, n. 34, p. 159-181, 2009.

24

_____.; FORTUNATO, Ivan. Influência da mídia em Políticas Públicas: um campo exploratório. In: IV Encontro da Associação brasileira de pesquisadores em comunicação e política – Compolítica, 2011, Rio de Janeiro, Anais do IV Encontro da Associação brasileira de pesquisadores em comunicação e política – Compolítica. Rio de Janeiro: 2011, p. 1-19. Disponível em: <<http://www.compolitica.org/home/wp-content/uploads/2011/03/Penteado-Fortunato.pdf>>. Acesso em: 22 jun. 2013.

_____.; ARAUJO, Rafael de Paula Aguiar; SANTOS, Marcelo Burgos Pimentel dos. O uso das NTICs na formulação e divulgação de Políticas Públicas: o caso do Ministério da Cultura. *Revista Ponto e Vírgula*, n. 8, p. 88-121, 2010.

POMERANZ, K. The Great Divergence: *Europe, China, and the Making of the Modern World Economy*. Princeton University Press, Princeton, 2000.

SAMPAIO, Rafael Cardoso; MAIA, Rousiley Celi Moreira; MARQUES, Francisco Paulo Jamil Almeida. Participação e deliberação na internet: Um estudo de caso do Orçamento Participativo Digital de Belo Horizonte. *Revista Opinião Pública*, Campinas, v. 16, n. 2, p. 446-477, 2010.

SILVA, Juremir Machado. *A miséria do jornalismo brasileiro: as (in)certezas da mídia*. Petrópolis: Vozes, 2000.

SOUZA, Celina. Políticas públicas: uma revisão da literatura. *Revista Sociologias*, Porto Alegre, n. 16, p. 20-45, 2006.

THOMPSON, John Brookshire. *Mídia e modernidade: uma teoria social da mídia*. Petrópolis: Vozes, 1998.

ENEM. Exame Nacional do Ensino Médio. Disponível em: <<http://enem.inep.gov.br/>>. Acesso em: 22 jun. 2013.

MEC. Portal do Ministério da Educação do Brasil. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/>>. Acesso em: 22 jun. 2013.

Organizações Globo versus Ancinav: relato de uma disputa

Marina Rossato Fernandes¹

Resumo: Por meio do estudo do posicionamento das Organizações Globo em relação ao anteprojeto que propunha, em 2004, a transformação da Ancine (Agência Nacional do Cinema) em Ancinav (Agência Nacional do Cinema e do Audiovisual), será possível demonstrar o poder econômico e político dessa organização e como ela influenciou na não aprovação do anteprojeto. O artigo irá analisar a repercussão da proposta na mídia, como o sistema de radiodifusão brasileiro é regulado e as mudanças que o anteprojeto propunha. Assim, será possível indicar o medo da regulamentação do setor de radiodifusão, as taxas a serem cobradas e a interferência em seu modo de produção como motivos que justifiquem seu posicionamento contrário à proposta.

Palavras-chave: Audiovisual. Estado. Política. Mídia. Televisão.

¹ Mestranda em Imagem e Som pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo – FAPESP.

Abstract: Through the study of Globo Organizations's positioning in relation to the project which proposed in 2004 the transformation of Ancine (National Cinema Agency) into ANCINAV (National Cinema and Audiovisual Agency), it will be possible to demonstrate their economic and political power and how it influenced the non-approval of the project. This article will analyze the impact of this proposal in the media, how the brazilian broadcasting system is regulated and the changes that the project proposed. Under these circumstances, it will be possible to indicate the fear of the regulamentation of the broadcasting sector, the taxes to be charged and the interference in their mode of production as reasons to justify their contrary position to the proposal.

Propostas da Ancinav

Em 2004, durante o primeiro mandato do governo Lula, o Ministério da Cultura, que tinha como ministro Gilberto Gil, encaminhou ao Conselho Superior de Cinema o anteprojeto que propunha a transformação da Agência Nacional do Cinema (Ancine) em Agência Nacional do Cinema e do Audiovisual (Ancinav) ao Conselho Superior de Cinema. O anteprojeto foi elaborado por uma equipe de técnicos, consultores e dirigentes do Ministério da Cultura durante 14 meses e ficou em consulta pública por dois meses antes de ser enviado àquele conselho.

A Ancinav foi uma proposta de ampliar a atuação da Ancine. A nova agência passaria a regular o audiovisual como um todo, e não somente o cinema, sendo capaz de fiscalizar e fomentar esse setor. O anteprojeto propunha que a agência tivesse o papel de regular, mediar e estimular as atividades de produção e de difusão de conteúdos audiovisuais no país, considerando os diversos meios de produção e de difusão já existentes.

Essa nova agência passaria a regular também a televisão, cobrando taxas e reservando espaço para a exibição da produção independente e regional. Essa proposta constituiu-se em uma novidade quanto à política do audiovisual no Brasil, pois em nosso país historicamente a televisão – que acumula lucros, espectadores e poder político – nunca apresentou interesse em dialogar com o cinema. As emissoras exibem produção própria e produção estrangeira, com pouca relação com o cinema para além da atuação da Globo Filmes.

Desde 2000, durante o III Congresso Brasileiro de Cinema realizado em Porto Alegre, o meio cinematográfico já havia proposto explicitamente a criação de uma agência para o cinema, a integração com a televisão, bem como a adoção do marco regulatório.

Desse Congresso, resultou a criação do Grupo Executivo para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica (GEDIC), do qual faziam parte ministros de diversas áreas, e representantes da classe audiovisual, como Luiz Carlos Barreto, Cacá Diegues, Gustavo Dahl, Rodrigo Saturnino Braga, Luiz Severiano Ribeiro Neto e Evandro Guimarães. A ideia do GEDIC era propor uma política industrial para o cinema brasileiro, visando ao seu desenvolvimento e sustentabilidade.

Do relatório final, entre outras medidas, solicitou-se a criação da Agência

Nacional do Cinema (Ancine), que previa a participação da televisão ao obrigá-la a direcionar 2% de seu faturamento bruto para a coprodução independente e também a obrigação de compra de estoque de filmes brasileiros. Essa medida foi retirada devido às pressões:

Quando chegou ao último momento, quando a Medida Provisória (MP) estava pronta e o Ministério das Comunicações tinha participado, houve uma manifestação conjunta das emissoras de televisão se recusando em serem reguladas pelo governo e pela MP, elas conversaram com o presidente Fernando Henrique para comunicar que não estavam de acordo com as propostas da MP, fazendo uma pressão violenta, então o governo federal recuou e restringiu a MP ao cinema e à produção videofonográfica. (DAHL, 2010)

Outro ponto que englobaria os serviços de radiodifusão e que não chegou a ser efetivado foi o “termo audiovisual da legislação, sendo colocado no lugar dele o termo videofonográfico, pois este se referia à produção de caráter independente feito em formato digital, enquanto aquele poderia vincular a produção dos grupos industriais radiodifusores.” (ALVARENGA, 2010)

A mobilização do setor cinematográfico e o amadurecimento de sua relação com o governo resultaram na criação da Ancine em 2002, que é uma agência reguladora que tem como atribuições o fomento, a regulação e a fiscalização do mercado do cinema e do audiovisual no Brasil. Porém, a proposta de integração do cinema com a televisão não se realizou.

Observa-se que, desde a criação da Ancine, já havia o intuito de integrar o cinema e a televisão em uma política conjunta. Pensando na consolidação dessa relação que o anteprojeto da Ancinav baseia algumas de suas propostas.

O artigo 4º, por meio de seus incisos, destaca a necessidade de promover a língua e a cultura nacional, a universalização do acesso às obras, combater o abuso de poder econômico, vedação ao monopólio e oligopólio dos meios de comunicação social, estimular a diversificação da produção e a competição no mercado, fortalecer a produção independente e regional. Para a concretização desses objetivos, a regulação sobre a televisão não poderia ficar de fora, já que representa caso de monopólio e poder econômico excessivo.

O modo de produção da Rede Globo é verticalizado, ou seja, a emissora é responsável pela produção de conteúdo, distribuição, exibição e venda para o exterior, existindo pouco espaço destinado à produção nacional independente.

Esse modelo gera um bloqueio para a produção audiovisual nacional, pois a emissora seria um importante mercado consumidor de obras audiovisuais e uma excelente via de escoamento da produção, devido a sua alta audiência que garantiria a visibilidade das obras. Levando em conta essa conjuntura, o governo propõe a reserva de espaço na programação da televisão.

Assim, por meio do Artigo 90, foi proposta a reserva de espaço para a programação nacional independente e regional, em que as emissoras de televisão aberta deveriam dedicar 20% de sua programação a esse tipo de produção. Para os canais por assinatura, o Artigo 92 estipula que em cada um dos pacotes de canais de programação deve haver um percentual mínimo de obras nacionais de acordo com seu volume de programação. Por meio dessa proposta o governo entendia que a obrigatoriedade de exibição da produção independente alavancaria a produção desta, gerando mais empregos no setor, contribuindo para diminuir a concentração da produção de conteúdo e diversificaria a programação da televisão. Além de modificar o formato de apoio às produções nacionais, que atualmente dependem de incentivos diretos ou indiretos do Estado, repassando esta função para a iniciativa privada, já que esta seria obrigada a adquirir programação independente.

Acreditava que essa relação poderia ser bem-sucedida e em longo prazo, não haveria mais necessidade desta legislação intervencionista, pois esta se tornaria uma demanda do próprio mercado. Comprovação dessa visão é o próprio artigo 90 que ao mesmo tempo em que previa a obrigatoriedade de exibição da produção independente, propunha uma redução progressiva da taxa a ser paga pela Condecine para as emissoras que a cumprissem, como podemos ver:

Art. 90 - As prestadoras de serviços de radiodifusão de sons e imagens e outras prestadoras de serviços de telecomunicações exploradoras de atividades audiovisuais que exibirem em sua programação regular uma percentagem anual mínima, não inferior a 20%, de obras cinematográficas e videofonográficas brasileiras de produção independente e de produção regional, de obras cinematográficas brasileiras de longa metragem de produção independente, farão jus a uma redução progressiva na Condecine prevista pelo inciso I do artigo 60 para suas produções próprias exibidas no próprio veículo, no ano subsequente, conforme regulamento.

Outra medida proposta foi a taxação de alguns segmentos do setor audiovisual a fim de expandir as bases de arrecadação da Condecine (Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica Nacional). O inciso I do Art. 60 taxava a exploração comercial de obras cinematográficas e audiovisuais em diversos segmentos, inclusive de radiodifusão e o inciso V criava a Condecine de 4% sobre a compra de mídia na televisão pelas empresas que anunciam. O inciso VI taxava o faturamento do serviço de distribuição de conteúdos audiovisuais por telefonia, e a taxação sobre a exploração de obras cinematográficas nas salas de exibição aumentava de acordo com o número de cópias, ou seja, filmes com grande potencial comercial que estreavam simultaneamente em várias salas seriam taxados em maior porcentagem.

Essas, entre outras taxas, seriam destinadas ao Funcinav – Fundo Nacional para o Desenvolvimento do Cinema e do Audiovisual Brasileiro –, fundo que visava a financiar as atividades de fomento relativas ao desenvolvimento do setor audiovisual no Brasil. Desse modo, o Estado passaria a taxar a indústria consolidada do audiovisual, como as emissoras de televisão e agências de publicidade, para incentivar principalmente o cinema, que ainda não é uma indústria estabilizada, estimulando a produção regional e a independente em relação às grandes emissoras, a distribuição, e a melhora da infraestrutura de exibição.

As ações previstas na lei foram inspiradas em legislações vigentes em outros países, como a França, que tem marco regulatório desde 1946, com a criação do CNC – *Centre National de la Cinématographie* –, órgão público de caráter administrativo que controla o fundo de apoio à produção cinematográfica. Esse fundo é alimentado, entre outras contribuições, com 5,5% sobre o faturamento das televisões (criada em 1985). E também a Espanha, onde as redes de televisão devem investir 5% do lucro em filmes europeus, sobretudo espanhóis, sendo essa a principal fonte de financiamento, superando os subsídios do governo.

A política cultural adotada por esses países estava presente no anteprojeto da Ancinav, que compreende o audiovisual como uma cadeia ampla, e não formada apenas por setores isolados. O anteprojeto pretendia incentivar a produção nacional, integrar as cadeias produtivas, fortalecer e diversificar o mercado audiovisual, demonstrando sua importância cultural e econômica. Também fica comprovada a importância de se intensificar a relação entre cinema e televisão,

o que não acontece até hoje no Brasil, onde não temos nem a integração entre essas duas áreas, nem a consolidação de uma indústria cinematográfica.

Esse anteprojeto causaria mudanças diretas no modelo de trabalho da Rede Globo, acostumada a não dialogar com o cinema para além da Globo Filmes e a basear sua programação em produções próprias ligadas à publicidade. Primeiramente, propõe a quebra do modelo vertical, obrigando a emissora a exibir produção independente, o que acarretaria em compra ou coprodução de conteúdo, estimulando a indústria audiovisual nacional. Outra alteração é referente à taxa para exploração de obra cinematográfica ou videofonográfica de acordo com sua duração, variando de R\$ 300,00 para obras de até 15 minutos a R\$ 3000,00 para obras superiores a 50 minutos. Era uma proposta inédita, pois até então a televisão nunca havia sido taxada.

2 Ataque e repercussão

A proposta de criação da Ancinav foi muito atacada pelas grandes emissoras de televisão, pelas distribuidoras de filmes estrangeiros representadas pela *Motion Picture Association* (MPA), exibidores, pelo Fórum do Audiovisual e do Cinema (FAC) e pelos cineastas ligados a essas instituições. Neste estudo, destaco as ações das Organizações Globo, que têm interesses particulares que vão de encontro às propostas do anteprojeto.

Uma de suas ações foi investir em propagandas transmitidas em seus canais, no intervalo de sua programação diária, que afirmavam para os espectadores que o governo estaria tentando controlar o que eles assistiam. Em tom acusatório, a mensagem transmitia medo e desconforto, gerando uma indisposição da população em relação à proposta.

Além de usufruir da televisão para veicular propaganda negativa ao anteprojeto, a Globo também conta com a mídia impressa, como o jornal O Globo, que na cobertura dos eventos relacionados à discussão do documento dá destaque aos posicionamentos contrários e publica opiniões radicais e acusatórias. Como a reportagem de Fernanda Medeiros “Artistas e intelectuais criticam ação da Ancinav”, publicada no dia 16 de dezembro de 2004 no jornal O Globo.

O texto começa com a generalização das opiniões: “Artistas e intelectuais

reunidos ontem em São Paulo condenaram a criação da Agência Nacional do Cinema e do Audiovisual (Ancinav) e pediram ao governo Luiz Inácio Lula da Silva que não envie o projeto para apreciação na Câmara dos Deputados”. Segue expondo opiniões radicais como a de Arnaldo Jabor: “A Ancinav é uma espécie de tumor inoperável que essa gente tem na cabeça. Essa lei é muito pior do que a da censura na época da ditadura. Eles (governo) fingiram o diálogo, que não aconteceu coisa nenhuma – disse Jabor”.

O artigo relata opiniões de pessoas contrárias ao anteprojeto e de participantes do Fórum de Audiovisual e Cinema (FAC). Vale ressaltar que o FAC foi criado em novembro de 2004 e tinha como principal objetivo combater o anteprojeto, como afirma Roberto Farias em matéria veiculada no próprio site do Fórum: “Esta organização já vinha se desenhando antes mesmo do projeto”, afirmou. Mas deixou claro que o projeto de lei será a principal frente de batalha da entidade” (TELA VIVA, 2004).

A matéria deu voz aos artistas contrários às propostas como se eles representassem a totalidade da classe cinematográfica e o anteprojeto fosse uma imposição do governo, o que não é verdade, pois o projeto atende a uma reivindicação do próprio setor cinematográfico. É evidente que nesse meio há uma divisão entre os que são favoráveis e os que se opõem a proposta, a questão é como esses lados foram expostos pela mídia.

No mesmo jornal, também foram publicadas colunas de opinião em que o ataque à proposta é mais explícito, como a coluna de Arnaldo Jabor, que diz:

Esse surto de leninismo que incendiou a alma simples dos petistas ultimamente, esse ataque recente à “democracia burguesa” que o governo de Lula lançou contra a sociedade, a fome dos “soviéticos” de Gil, embaçados e severos contra o cinema e a TV. (JABOR, 2004)

Nesse caso, a crítica ao anteprojeto se confunde com o ataque ao partido político e ao governo de Lula, resultando em um afronto quanto à integridade dos representantes do Ministério da Cultura. O mesmo autor não para por aí, segue com seus ataques em outras mídias, dando entrevistas a diferentes jornais, revistas e programas de televisão. A opinião radical e acusatória continua, como é possível perceber na entrevista concedida ao jornal O Estado de S. Paulo, em 31 de dezembro de 2004:

Projeto do Minc visa ao controle do pensamento, poder para se infiltrar na Sociedade. O negócio é o seguinte: não se trata de ser “a favor” ou “contra” o famigerado projeto da Ancinav. O importante é analisar como esse aborto ideológico pôde surgir no Brasil de hoje, no mundo de hoje, com um ministro da Cultura culto, artista importante e vítima da repressão política. (JABOR, 2004)

Outro exemplo do amplo ataque conduzido pela mídia impressa das Organizações Globo é a coluna de Miriam Leitão no jornal O Globo. Publicada em 7 de agosto de 2004, a coluna desconstrói o anteprojeto apontando todas suas propostas como autoritárias e dirigistas. O texto já começa com o tom acusatório: “No projeto para a criação da Ancinav - agência que controlará cinema, televisão, TV paga, rádio e outras empresas que atuam em audiovisual - o governo nem disfarça sua inclinação autoritária”. E, após duras críticas, conclui:

Tudo no projeto lembra uma outra época, um outro mundo, cujos muros já desabaram há 15 anos, um mundo em que o poder central planejador decidia, julgava, condenava, organizava e administrava por obscuros e subjetivos conceitos, e transformava os produtores culturais em peças da máquina de propaganda estatal. O governo recolheu o texto e diz que vai refazê-lo. O melhor destino para este texto é o lixo. (LEITÃO, 2004)

Essas ações também contaram com apoio de parte da mídia impressa, como o jornal O Estado de S. Paulo, que acusavam a proposta de autoritária e de controladora da liberdade de expressão. O ataque ao anteprojeto por parte da mídia começou antes mesmo de sua discussão no âmbito do Conselho Superior de Cinema, pois o documento vazou pelo site PayTv, então as primeiras informações que a população teve sobre o anteprojeto foram negativas, antes mesmo de conhecer suas propostas, o que contribuiu para a formação de um clima impróprio para o debate.

Os itens que poderiam motivar os ataques quanto ao autoritarismo e o dirigismo foram os artigos 8º - “a liberdade será a regra, constituindo exceções as proibições, restrições e interferências do Poder Público” - e o inciso I do artigo 43 que se referia “a responsabilidade editorial e as atividades de seleção e direção das programações”, ambas davam espaço a interpretações ambíguas e foram retiradas do projeto em sua segunda versão, eliminando qualquer possibilidade de vincular a proposta à censura e ao comunismo soviético, como foi tantas vezes apontado pela imprensa.

Entretanto, as acusações continuaram, e um dos reais motivos que

impulsionou os protestos da Rede Globo foi a intenção de reservar espaço para a programação independente dentro das emissoras de televisão. O objetivo seria quebrar a produção verticalizada das emissoras e abrir espaço para novos conteúdos produzidos por outras empresas, diminuindo o monopólio e incentivando a produção nacional. Caberia a cada emissora escolher a programação que julgar pertinente, a lei apenas estipularia a cota mínima de produção independente e regional a ser exibida na emissora aberta, e na por assinatura um percentual mínimo em cada um dos pacotes de canais de programação oferecidos, que seria estipulado de acordo com volume total de programação.

Porém, esse item foi divulgado de maneira distorcida, induzindo a interpretação de que a nova agência pretendia controlar o conteúdo da programação exibida, instalando a censura na mídia, mesmo que já tenha ficado explícito no Art. 2º que a intenção não era essa: “A manifestação do pensamento, a criação, a expressão e a informação, não sofrerão qualquer restrição ou censura de natureza política, ideológica e artística”.

O objetivo estratégico do anteprojeto fica claro no Artigo 5º:

Art. 5º Na regulação das relações econômicas das atividades audiovisuais observar-se-ão, em especial, os princípios constitucionais da soberania nacional, da diversidade e da preservação do patrimônio cultural brasileiro, da função social da propriedade, da vedação ao monopólio e ao oligopólio dos meios de comunicação social, da liberdade de iniciativa, da livre concorrência, da defesa do consumidor, da redução das desigualdades regionais e sociais e da repressão ao abuso do poder econômico.

36

Ou seja, pretendia-se diminuir o monopólio e abrir espaço para outros conteúdos audiovisuais, desconcentrando a produção do eixo Rio de Janeiro – São Paulo, o que afetaria diretamente a Rede Globo.

3 Motivos e consequências

Esse grande conglomerado de mídia, que tem amplo poder de formação de opinião junto à maioria da população do país, devido a sua grande audiência, também conta com elevado poder econômico. As Organizações Globo atuam em diferentes mercados, como rádio, mídia impressa, indústria fonográfica e

cinema, criando sinergias e otimizando seu capital, consolidando-se como uma empresa de alto poder econômico e alcance popular.

Seu poder político começa com seu desenvolvimento ligado ao governo durante a ditadura militar, a emissora proporcionava a integração do país, levando a propaganda governamental a todos os brasileiros. Compartilhava da mesma ideologia do governo, defendendo o nacionalismo e a modernização conservadora, funcionando também como um exemplo de sucesso dos padrões defendidos por esse regime. Sua colaboração com a ditadura auxiliou que esta se sustentasse no poder, e em troca a emissora recebia altos investimentos publicitários além da construção de infraestrutura bancada pelo governo e do estímulo a crédito para compra de aparelhos televisivos, o que promoveu o aumento da atuação da Rede Globo.

Essa intensa ligação entre a emissora e o governo militar em seu período de consolidação originou uma relação de poder com governo que perdura até hoje, sendo capaz de influenciar tanto o Congresso Nacional como o Executivo. Essa influência é reforçada a partir de concessões de retransmissoras afiliadas da Rede Globo que são controladas por políticos, estabelece-se assim o chamado coronelismo eletrônico, que "inclui a relação de clientelismo político entre os detentores do poder público e os proprietários de canais de televisão" (SANTOS; CAPPARELLI, 2005, p. 80). A distribuição das afiliadas encontra atores identificados com esse coronelismo e domina o quadro de concessões da emissora, estreitando sua relação com o governo.

Um exemplo de seu poder no Congresso é o caso da mudança da legislação que passou a permitir a entrada de capital estrangeiro nos serviços de radiodifusão. A empresa que sempre se posicionou contrária à participação desse tipo de capital se endividou, e em 2002 viu como uma solução possível o acesso a essa verba. Gozando de influência no campo político e exercendo o lobby, a ementa foi aprovada no dia 20 de dezembro de 2002, alterando a legislação e permitindo a participação de capital estrangeiro nas empresas jornalísticas e de radiodifusão sonora e de sons e imagens. Com o acesso ao capital estrangeiro, as Organizações Globo conseguiram superar seu endividamento.

O uso de sua influência política é uma grande arma das Organizações, como aponta Pedro Butcher: "Maior parte da movimentação da Globo se dá na área do lobby político, no sentido de retardar as implantações de regulação ou

mesmo de novas tecnologias que possam ameaçar esse seu formato altamente influente.” (BUTCHER, 2006, p.57)

O que foi o caso da campanha contrária ao anteprojeto da Ancinav. Temendo a diminuição de seu monopólio, a emissora ergue a bandeira do nacionalismo, que já foi empregado em tantas ocasiões ao longo da história, ao dizer que é responsável pelo único modelo possível de indústria resistente a entrada do produto estrangeiro. Porém, não considera que o produto nacional que produz é referente apenas a uma visão, não levando em conta a pluralidade de produções audiovisuais feitas no Brasil, que lutam por um espaço de visibilidade.

O medo de perder o domínio da produção audiovisual nacional e ter que repensar seu modelo de negócio, pois em seus moldes atuais a empresa necessita da manutenção da hegemonia da produção para dominar o mercado publicitário e dar continuidade as suas atividades, foi um dos motivos que iniciou o ataque ao anteprojeto, disfarçado em acusações de autoritarismo e censura.

Outro motivo é referente às taxações que foram propostas. A emissora deveria pagar Condecine pela exploração comercial de obras audiovisuais, o que obviamente não a agradou. A taxação prevista para as empresas anunciantes na compra de espaço de mídia na televisão também seria responsável pela diminuição da arrecadação da emissora na venda do espaço publicitário, pois mesmo que não estabelecido por lei, as empresas de publicidade provavelmente repassariam à emissora a defasagem no preço da compra do espaço para anunciar.

Mais um motivo de destaque para esses ataques foi a possibilidade de regulação da televisão, já que durante todo o período da implantação da televisão no Brasil e da consolidação da Rede Globo nunca houve uma regulação efetiva deste setor. O Código Brasileiro de Telecomunicação (CBT) criado em 1962, estabeleceu o modelo comercial privado baseado em concessões públicas e passou a regular a atividade de telecomunicação. Porém, este tinha preocupações mais políticas que econômicas, não se precavendo quanto à formação de monopólio, e sim garantindo a indicação por parte do governo de quem estaria à frente do Contel (Conselho Nacional de Telecomunicação).

Podemos apontar que esse primeiro marco regulatório da televisão brasileira foi concebido visando a atender interesses das emissoras e do Estado, e não de elaborar uma política que visasse à democratização da comunicação. Atualmente ultrapassado e ineficiente, é ainda a legislação vigente para o setor

de radiodifusão, que segue praticamente sem regulamentação.

Essa regulamentação fraca permitiu que a emissora concentrasse poder político e econômico, e a possibilidade de que isso se alterasse como era proposto pelo anteprojeto fez com que a Rede Globo saísse na defesa de seus interesses, valendo-se de ataques infundados que causaram polêmica e prejudicaram o debate em torno das efetivas propostas.

No acúmulo de poder e na falta de regulação em todo seu período de existência, a emissora parece esquecer que é uma concessão pública, e que tem compromissos como tal. O que foi proposto era a criação de regras que garantissem a diversificação da produção audiovisual nacional, combatendo a dominação da empresa e democratizando o espaço público, pois mesmo que a exploração seja privada o espaço público, a emissora apenas tem o direito de explorá-lo, sobre determinadas regras que garantam os direitos da sociedade. E a regulação na área audiovisual não deve ser confundida com dirigismo, pois é uma obrigação do governo propiciar um ambiente democrático para difusão de conteúdos, garantindo a liberdade de expressão e combatendo o monopólio, pré-requisito para o desenvolvimento do mercado.

Com seus ataques veiculados pela mídia, a emissora foi responsável por gerar um clima de indisposição em relação à proposta, devido ao grande público que atinge e influência. Acusando a proposta de autoritária e não medindo palavras ao relacioná-la com a censura, as Organizações Globo contribuíram para a não efetivação do anteprojeto da Ancinav. Além de criar um ambiente hostil, a empresa conta com grande poder político e por meio do lobby no Congresso Nacional conseguiu pressionar por um resultado a favor de seus interesses, como já havia feitos em outros casos. Assim, é possível apontar a ação da Rede Globo como um dos motivos que fez com que o governo optasse por engavetar o anteprojeto que pretendia transformar a Ancine em Ancinav, e os serviços de radiodifusão continuassem sem atualização da regulação.

Referências

ALVARENGA, Marcus V. *Cineastas e formação da Ancine (1999-2003)*. Dissertação de mestrado, São Carlos, Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), SP, 2010.

BOLAÑO, César Ricardo Siqueira. *Qual a lógica das políticas de comunicação no Brasil?* São Paulo: Paulus, 2007.

BRITTOS, Valério Cruz. *Rede Globo: 40 anos de hegemonia e poder*. São Paulo: Paulus, 2005.

BUTCHER, Pedro. *A Dona da História: Origens da Globo Filmes e seu impacto no audiovisual brasileiro*. Dissertação de mestrado, Rio de Janeiro, Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), RJ, 2006.

DAHL, Gustavo. Rio de Janeiro, 28 de out. 2010. Entrevista concedida a Marcus Vinícius Tavares de Alvarenga. In: ALVARENGA, Marcus V. *Cineastas e formação da Ancine (1999-2003)*. Dissertação de mestrado, São Carlos, Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), SP, 2010.

JABOR, Arnaldo. Ai, que saudades do comunismo! *O Globo*, Rio de Janeiro, 17 ago. 2004.

JABOR, Arnaldo (2004). “Lei Cultural: Gil será responsável”. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 31 dez. 2004.

LEITÃO, Miriam. Adeus, Lênin. *O Globo*, Rio de Janeiro, 7 ago. 2004.

MATTOS, Sérgio. *História da televisão brasileira: uma visão econômica, social e política*. Petrópolis: Editora Vozes, 2010.

MEDEIROS, Fernanda. Artistas e intelectuais criticam criação da Ancinav. *O Globo*, Rio de Janeiro, 16 dez. 2004.

MELEIRO, Alessandra (Org). *Cinema e economia política*. São Paulo: Escrituras, 2009.

_____. *Cinema e políticas de Estado: da Embrafilme à Ancine*. São Paulo: Escrituras, 2009.

RAMOS, José M. O. *Cinema, Estado e lutas culturais: anos 50, 60, 70*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

_____. *Cinema, televisão e publicidade: cultura popular de massa no Brasil nos anos 1970-1980*. São Paulo: Annablume, 2004.

SIMIS, Anita. *Estado e cinema no Brasil*. São Paulo: Annablume, 2008.

MINISTÉRIO DA CULTURA. Minuta revisada pelo Comitê da Sociedade Civil do projeto pela criação da Agência Nacional do Cinema e do Audiovisual, 2004.

TELA VIVA News. Fórum do cinema e TV é oficializado em São Paulo. 22 nov. 2004.

A lanterna e o farol: Bangu e o clássico da sobrevivência

Júlio César de Lima Bizarria¹

Pedro Jorge Lo Duca Vasconcellos²

Resumo: O perfil demográfico e urbanístico da porção meridional da cidade do Rio de Janeiro sofreu o impacto, ao longo do século XX, de uma série de transformações consequentes das políticas públicas que perfizeram sua vocação turística. Boa parte da população que se deslocava para região de Bangu na segunda metade do século XX provinha das várias remoções operadas pelo governo do então Estado da Guanabara nas várias favelas que se interpunham entre a urbe e sua vocação como vitrine metonímica do Brasil. Descrito pela literatura como um movimento acentuadamente disjuntivo, o assentamento das famílias faveladas em Bangu sugere, pouco mais de meio século após a administração de Carlos Lacerda, a existência de instituições conjuntivas, que permitiram a elaboração de uma identidade banguense e de formas específicas de sociabilidade, num desafio a uma suposta irreconciliabilidade entre esporte e militância.

43

Palavras-chave: Favela. Futebol. Identidade. Bangu. Território.

¹ Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Memória Social da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - Unirio.

² Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Memória Social da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - Unirio.

Abstract: The urban and demographic profile of the Southern portion of the city of Rio de Janeiro has suffered the impact, throughout the 20th Century, of a number of transformations owing to the public policies that have imparted its present touristic vocation. Much of the population which migrated to the region of Bangu in the second half of the 20th Century originated from the eradications operated by the government of the former State of Guanabara in the many favelas that stood between the city and its vocation as a metonymic display of Brazil. Described by the literature as a distinctively disjunctive movement, the settling of such families in the borough of Bangu, some fifty years after the Carlos Lacerda Administration, suggests the existence of conjunctive institutions which have allowed for the constitution of a banguense identity and specific forms of sociability, a challenge to an alleged irreconcilability between sport and militancy.

Keywords: Favela. Football. Identity. Bangu. Territory.

I Lanterna: do rebaixamento social à esperança

É com pouco apreço que as ciências sociais observam o fenômeno esportivo. Particularmente, o futebol de associação — há muito, o esporte mais popular do planeta — sofre a pecha de ser a epítome da alienação das massas, numa crítica que, desde a Escola de Frankfurt, estende-se até a mais recente intelectualidade, orgânica ou biônica, burguesa ou bolchevique, marginal ou beletrista, que se aventura a ler um mundo novo com categorias de outrora. O Bangu Atlético Clube, sediado no bairro homônimo da cidade do Rio de Janeiro, padece, ainda, da contravenção pestífera, que por muito tempo o sustentara, mas, igualmente, o deixava dependente de um patronato autocrático e pouco atento aos movimentos globais que, invariavelmente, ressoavam nos gramados¹.

Teoriza-se amiúde sobre os efeitos supostamente nocivos das formas de sociabilidade popular sobre a cultura política das massas, em que se inclui a *paixão* — termo sintomático da irracionalidade e animalidade que lhe são imputadas — pelo futebol. Numa crítica contumaz a uma suposta passividade e alienação das pessoas para o proveito do tempo livre, manifestação corolária da própria evolução do modo de produção capitalista, Theodor Adorno vocifera:

Sob as condições vigentes, seria inoportuno e insensato esperar ou exigir das pessoas que realizem algo produtivo em seu tempo livre, uma vez que se destruiu nelas justamente a produtividade, a capacidade criativa [...]. O que produzem tem algo de supérfluo (ADORNO, 2011, p.111).

¹ Giulianotti estrutura as perspectivas sociológicas do futebol de acordo com periodizações de “tipos ideais”. Esses estágios seriam: “tradicional”, “moderno” e “pós-moderno”. No que se refere ao período tradicional, seria aquele em que os vestígios pré-industriais e pré-capitalistas ainda têm influência: a autoridade da aristocracia é mantida mais por convenções hierárquicas do que por modelos democráticos; as classes dominantes monopolizam a prática do esporte, impedindo de todas as formas que este fosse maculado pela plebe. O período moderno está associado a um intenso processo de urbanização, como ao crescimento demográfico e político da classe operária: é quando o futebol se populariza por todo o mundo e se torna um evento de massa, com a expansão das cidades e da classe trabalhadora em seu interior. O Bangu, clube inicialmente formado por operários visando a divulgar o jogo entre os nativos da região, é fruto desse futebol que ainda funcionava entre medidas claras de raça, classe, religião etc. A idade contemporânea, conhecida por pós-modernidade ou modernidade tardia, depara-se com a fluidez e fragmentação das identidades sociais e culturais, e com o crescimento econômico vertiginoso alcançado pelos investimentos no futebol. A midiática transformação transforma o jogo em um espetáculo televisivo, correspondente a uma implacável aceleração no processo de elitização dos estádios nos grandes centros. Pensa-se mais em termos de retorno financeiro, sobretudo do lado dos patrocinadores: torcer não significa mais apenas comparecer ao estádio, mas *consumir* todos os produtos que envolvem o clube. Na contramão, há o surgimento de movimentos tribais urbanos, incluindo os de torcedores, que lutam e reivindicam em nome daqueles clubes ainda infensos aos sinais dos tempos.

Richard Giulianotti, estudioso do futebol, busca, por outro lado, justificar seu objeto, aduzindo, sobre o pensamento que desabonava o desporto, que a

tese do pão e circo é enraizada em um desdém intelectualista por esportes, simplesmente ocultando um desdém subjacente pelas “massas”. A Escola de Frankfurt tem exemplos notáveis, uma vez que fazem uma crítica que desdenha a “cultura de massa” do período pós-guerra, por impressionar o povo consumista com a trivialidade de jogar e assistir a jogos. (GIULIANOTTI, 2010, p.33).

Semelhantemente, em uma reflexão sobre como essa “febre de Frankfurt” devasta ao meio-dia tropical, Janice Perlman, em seu clássico *Mitos da marginalidade*², num libelo contra o narcisismo teórico das elites, indica que:

como a madrasta da Branca de Neve, as camadas superiores da sociedade brasileira contemplam-se no espelho da teoria social, que lhe confirma a perfeição e a beleza, e assegura que a população marginal é culpada porque nada faz para superar sua marginalidade. De fato, o espelho da teoria social é capaz até de insinuar que os marginais vivem na imundície e na miséria porque o preferem. (PERLMAN, 1977, p. 291).

Hoje magra de títulos e talentos, a equipe de futebol do clube da Fábrica de Tecidos Bangu serve a outros propósitos, mobiliza outras paixões. Torcer pelo Bangu, hoje, não se restringe ao campo esportivo, mas espelha as aspirações de uma população empenhada em políticas locais que, articulando os grandes movimentos do espaço global à atividade comezinha do dia a dia, faz política consoante à observação de Zygmunt Bauman: “tudo recai sobre a população local, sobre a cidade, sobre o bairro” (BAUMAN, 2009, p. 79).

Antes das glórias e dos vexames, do gramado e da contravenção, porém, a porção ocidental da antiga Corte Imperial tinha uma qualidade rural indistinta do restante da paisagem. A urbanização veio com a República, em vagas tímidas de gente expulsa de um centro histórico reconstruído pela imaginação de Barata Ribeiro, Pereira Passos e de outros prefeitos engenheiros. A inauguração da Companhia Progresso Industrial do Brasil — popularmente conhecida como Fábrica de Tecidos Bangu — em 1889 fizera do bairro um enclave urbano. Ao longo dos dois períodos em que Getúlio Vargas ocupou o Executivo Federal,

² Não procedendo comparar massas e marginais, convém destacar que, entre as “massas” de Adorno e os “marginais” de Perlman, insinua-se a figura do sujeito minoritário, vergado ao peso de uma maioria estabelecida discursivamente, mas que não se permite estabelecer por critérios de prevalência. (cf. DELEUZE; GUATTARI, 1995, v. 2, p. 52).

o bairro da capital passa de mero enclave a polo urbano industrial, o que se verifica, inclusive, pela edificação do Estádio Proletário Guilherme da Silveira, afetuosamente, Moça Bonita, em 1947.

Já na segunda metade do século XX, especialmente a partir do desenvolvimento do processo de globalização e com a expansão dos fluxos econômicos, comunicacionais e migratórios, as metrópoles espalhadas pelo globo passaram por mudanças mais aceleradas e radicais. Na cidade do Rio de Janeiro, a modernização de bairros inteiros, com o surgimento de novas áreas que ganham vida com a especulação imobiliária, causa um impacto na paisagem arquitetural e identitária da cidade. Pessoas foram deslocadas de suas moradias estáveis, o termo periferia entrou no vocabulário dos seus habitantes e passou a ser visto como um local de depósito daqueles que são retirados de locais então valorizados³. As remoções de favelas da Zona Sul carioca – levadas às últimas consequências pela administração de Carlos Lacerda e pelas que, sob o impacto da Insurreição de 1964, seguiram – são marco importante no estudo desses fluxos migratórios. As favelas do Morro do Pasmado, em Botafogo, da Praia do Pinto, no Leblon, da Catacumba e da Ilha das Dragas, na Lagoa, do Esqueleto, no bairro do Maracanã, hoje campus central da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, expulsam populações para conjuntos habitacionais e casas de triagem estabelecidos na Zona Oeste.

O caso do Morro do Pasmado precede a maior parte dessas remoções, seja no tempo, nas relações que o acontecimento estabelece entre Bangu e Botafogo, ou, ainda, na série de singularidades que merecem sua frequente menção na literatura acadêmica e na imprensa do período como caso paradigmático. Na última categoria, poucos jornais se referiram ao episódio da remoção do Pasmado nos termos em que o faz o *Correio da manhã*, mormente em “A fogueira

³ No caso do Rio de Janeiro, o termo pode gerar certo desconforto, pois, em boa parte por sua conformação geográfica, é difícil entender que haja zonas periféricas — aquelas colocadas à margem por um cinturão, excluídas da vida social e política do centro e dos bairros mais ricos — como ocorre em Los Angeles e Johannesburgo, por exemplo. O período correspondente, grosso modo, ao primeiro terço do século XX observa a sedimentação e significação de termos como favela, periferia e subúrbio no uso fluminense (cf. VALLADARES, 2007). Para um sucinto histórico do surgimento das favelas no Rio de Janeiro é pertinente referir-se à obra organizada pelos professores Alba Zaluar e Marcos Alvito (2006). A Escola de Urbanismo da Universidade Federal Fluminense, legatária do magistério e da obra do professor Carlos Nelson Ferreira dos Santos, também tem trabalhos nesse sentido, dos quais convém destacar Favelas cariocas, de Maria Lais Pereira da Silva (2005).

de Botafogo”, matéria de capa do segundo caderno da edição de 29 de janeiro de 1964:

Do morro só restam cinzas e a escada íngreme, desconjuntada, apontando para o alto. Não podia ser diferente. Que em Bangu e redondezas surjam aglomerados decentes. Que venham abaixo, em cinzas, todas as favelas. [...] uma fogueira [...] iluminou a noite de Botafogo. (CORREIO DA MANHÃ, 29/01/1964).

O professor Carlos Nelson Ferreira dos Santos, sobre a qualidade sacrificial do ocorrido, acrescentava que

pouco antes da tentativa de remover Brás de Pina, os cariocas haviam assistido ao espetáculo de uma favela em chamas durante uma noite inteira. Era a do Pasmado, a primeira a ser removida e cujos barracos foram em seguida incendiados como símbolo de uma nova era que se pretendia inaugurar. Era prometida a extinção de todas as favelas do Rio, oferecendo-se aos seus moradores casas seguras, “modernas” e... muito distantes dos lugares onde moravam antes, que, presumivelmente, seriam, quando desocupados, purificados pelo fogo. (SANTOS, 1981, p. 32.)

Além do ato sacrificial, possível licença poética do professor, a própria administração do Estado da Guanabara, na voz da então titular da Secretaria de Serviços Sociais, Sandra Cavalcanti, referia-se ao incêndio como uma *operação de saneamento*, orquestrada pelo próprio corpo de bombeiros⁴. Bombeiros incendiários, *Fahrenheit* Botafogo.

A favela botafoguense, removida em começos de 1964, possuía um campo de futebol bem na calva do morro, onde atuava Jair Ventura Filho, o Jairzinho, que nasceu e cresceu na subida da Rua General Severiano, naqueles trechos que vacilam na pertença à favela ou ao asfalto, ainda defensor do modesto

⁴ cf. *Tribuna da imprensa*, 25-26/1/1964. Após o episódio, outros incêndios, como o da Praia do Pinto, no Leblon, não teriam sua autoria divulgada, nem suas causas esclarecidas. Além de Ferreira dos Santos, a professora Licia do Prado Valladares, em depoimento ao Centro de Pesquisa e Documentação em História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas — CPDOC/FGV, afirma-se também testemunha ocular e cotidiana da remoção da Favela do Pasmado, observando inclusive que o episódio foi importante fato a motivá-la na persecução do objetivo de se tornar estudiosa das favelas. Em seu *Passa-se uma casa* (1978), indica que as favelas do Morro do Pasmado e da Ilha das Dragas (removida em 1969) foram as únicas cujos moradores ofereceram resistência frontal às operações de remoção (p.16), em ambos os casos, com decisivo envolvimento da Federação das Associações de Moradores de Favelas do Estado da Guanabara — FAFEG (p. 29-30). O professor Marcelo Baumann Burgos (in ZALUAR e ALVITO, *Op. cit.*, p. 34) menciona o “caso traumático da Favela do Pasmado”, pela violência com que se processou e, também, por tratar-se da primeira grande derrota da FAFEG, que, inobstante, soergueria no recém-instalado regime militar para promover seu I Congresso dos Favelados da Guanabara, ao longo de todo o mês de outubro de 1964. Os trabalhos dos professores Anthony e Elizabeth Leeds (1978), Janice Perlman (*Op. cit.*, p.246) e Maria Lais Pereira da Silva (*Op. cit.*, p.145-146) encerram observações similares.

Estrela, antes de brilhar na Seleção Brasileira entre os convocados do Botafogo de Futebol e Regatas⁵. Do campo, pela face meridional do morro, a vista era para o centro de treinamentos do BFR, de um lado; do outro lado, a imponente figura do cartão postal do Pão de Açúcar. Se esta última explica algumas das razões para a remoção e cogitada instalação de um hotel Hilton⁶ no morro — aqui a vocação turística do pórtico da Avenida Atlântica, minutos adiante —; o primeiro demonstra a vinculação afetiva e relacional da população daquela favela com o clube de General Severiano, extensão desportiva de laços mais amplos na vida civil e econômica do bairro.

A população da favela do Pasmado, como as que passaram por semelhante processo, experimentaram, nas palavras de Perlman, a “erradicação de um estilo de vida”, vergadas a uma diáspora civil oportunamente conectada e disposta pela malha rodoferroviária e seu plexo de “não lugares”, modalidade de espaço que, segundo Marc Augé “não cria nem identidade singular nem relação, mas sim solidão e similitude” (AUGÉ, 2012, p.95), o que testifica o caráter profundamente disjuntivo das remoções.

Fazendo eco à dinâmica da territorialidade conforme delineada na obra coletiva de Gilles Deleuze e Félix Guattari, a lógica territorial da população realocada na região de Bangu, como a de outras remoções, é operada pela mediação de um conjunto de instituições que desempenham um papel disjuntivo, conforme se trate de desterritorialização daquelas populações, ou conjuntivo, caso dos movimentos de (re)territorialização⁷. Entre as primeiras, perfilam-se a Secretaria de Serviços Sociais do Estado da Guanabara, a imprensa pró-

⁵ Sobre a remoção, Jairzinho, em compromissos pelo clube alvinegro no estrangeiro, afirmava: “Quando cheguei já não tinha mais favela. Foi um choque para mim. Sei que teve muita choroadeira, a maioria não gostou. Depois eu nunca mais vi o pessoal da pelada”. (cf. MONTEIRO, 2003; PLACAR, 1981).

⁶ A ideia, que recebeu ampla divulgação à época da remoção, foi, segundo Sandra Cavalcanti, resistida por ela e por Lacerda, que propuseram, afirma, a arborização e instalação de um parque público no Morro do Pasmado. (cf. FREIRE; OLIVEIRA, 2002, p. 83). Informação difícil de confirmar, mas é certo que em 1965, o último ano do governo de Lacerda, a calva do morro ainda apresentava sinais do incêndio do ano anterior. O mirante, ainda, somente foi inaugurado no fim da prefeitura do engenheiro Marcos Tamoyo, em 1979.

⁷ Desenvolvida sobretudo em *O anti-Édipo e Mil platôs*, as implicações sociológicas da lógica da territorialidade são elevadas à máxima clareza operacional pelo professor Manuel De Landa, quando acrescenta que “[...] processos de desterritorialização são (processos) que definem ou acentuam os limites de territórios (físicos). Territorialização, por outro lado, também diz respeito a processos não espaciais que aumentam a homogeneidade interna de um agenciamento. [...] Qualquer processo que desestabilize limites espaciais ou aumente a heterogeneidade interna (do agenciamento) é considerado de desterritorialização.” (2006, p. 13. tradução nossa).

Lacerda, a Companhia Habitacional do Estado da Guanabara (COHAB/GB), a Companhia de Habitação de Interesse Social da Área Metropolitana do Grande Rio (CHISAM). Há outras, ainda, que cambiam seus papéis ao longo dos anos 1960, como a Companhia de Desenvolvimento de Comunidades (CODESCO) e grupos organizados no seio da Igreja Católica, divididos entre a Fundação Leão XIII, logo apropriada pelo discurso oficial e incluída na componente disjuntiva, e a Cruzada São Sebastião, capitaneada por Dom Hélder Câmara e relativamente refratária a esse mesmo discurso. Discute-se ainda em que medida a CODESCO não teria servido a dois senhores, sobretudo quando contratou a Quadra, escritório de jovens arquitetos, militantes da esquerda estudantil da Universidade do Brasil, atual Universidade Federal do Rio de Janeiro, e que promoveu a urbanização da favela de Brás de Pina sem remover a população local para os conjuntos habitacionais na Zona Oeste. (cf. PUGLIESI, 2002). O papel mais propriamente conjuntivo foi desempenhado por instituições como o Partido Comunista, já clandestino, e a Federação das Associações de Moradores de Favelas do Estado da Guanabara (FAFEG).

Considerado em termos de disjunção e conjunção, o papel desempenhado pelo futebol de associação, prontamente denunciado pela Escola de Frankfurt como supostamente alienante, pode encontrar no clube da Fábrica elementos empíricos que recomendem a ousadia de uma revisão.

2 Farol: o contra-ataque no jogo pela sobrevivência

“Não é só pelo time, gritamos pelo bairro.” Com essas palavras, um torcedor do Bangu Atlético Clube respondia a um jornalista de *O Globo*. A matéria, de 15 de abril de 2012, descrevia o modo como os jovens banguenses tentam manter a identidade cultural do bairro por meio do Clube⁸. Fundado em 1904 por operários britânicos que vieram trabalhar na Fábrica de Tecidos Bangu⁹ e desejavam popularizar o esporte na região, o clube traz na sua gênese essa

⁸ Alegoria do gigante mostra sua nova face. *O Globo*, Rio de Janeiro, 15 abr. 2012. Caderno de esportes, p.4.

⁹ A Fábrica, que funcionou até 2005, foi transformada em *shopping center* e reaberta em 2008 com essa nova função.

característica, muito habitual em locais como Reino Unido e Argentina, e é coerente com a afirmação de Giulianotti de que “os clubes de futebol de áreas de classe operária forte são muito ligados à ‘estrutura de sentimento local’”. (GIULIANOTTI, 2010, p. 55)¹⁰.

Essa relação foi estabelecida nos primórdios do esporte, em especial na passagem do século XIX para o XX. Nesse cenário de surto urbano-industrial, muitos clubes surgiram ligados às fábricas locais, com seus estádios construídos no mesmo local do labor, colocando as duas esferas em posição de inflitirem dinamicamente uma sobre a outra¹¹. No caso do Bangu, seu estádio se localizava, inicialmente, ladeado à Fábrica, na rua Ferrer. Essa foi sua casa até o ano de 1947, quando da citada edificação do estádio de Moça Bonita. Esse estádio, considerado em suas relações com o conjunto urbanístico a que pertence, é material, por sua construção arquitetônica; é funcional, pela rotineira realização de partidas; e simbólico, por ser espaço de resistência de uma identidade cultural. O Bangu Atlético Clube, ainda, possui um número de diferentes sedes, todas concentradas na região, utilizadas para sediar eventos da vida associativa do bairro, como a sede náutica da rua Francisco Real e o Casino Bangu, na avenida Cônego Vasconcelos, o centro do bairro.

As últimas décadas foram marcadas por transformações radicais dos estádios pelo mundo, configurando-os de forma padronizada e semelhante a outros espaços da vida social, como teatros, *shopping centers*, aeroportos,

¹⁰ O caso do Bangu Atlético Clube é, igualmente, uma singularidade com relação a outros clubes da capital fluminense: o Clube de Regatas Flamengo, o Botafogo de Futebol e Regatas, o Clube de Regatas Vasco da Gama e o Fluminense *Football Club* não mantêm qualquer relação significativa com os bairros em que estão instalados; nenhum de seus torcedores ousaria elencá-los entre os símbolos de seu clube, como ocorre reiteradamente no futebol da grande Buenos Aires. Os epítetos popularizados pela imprensa, clube da Gávea, clube de General Severiano, clube das Laranjeiras e Gigante da Colina são prováveis resquícios de um tempo no qual tal identificação territorial ainda tinha relevância e no qual o “jogar em casa” ainda fazia sentido para os torcedores. Seria o caso de propor, para pesquisas ulteriores, em que medida os grandes estádios neutros não seriam nocivos à identificação local e à proximidade entre clube e torcedor.

¹¹ Pode-se supor razoavelmente que o campo de terra batida junto ao terreno da fábrica foi estabelecido no bojo dos conflitos entre tempo produtivo e tempo ocioso: o agenciamento fábrica-campo desterritorializa a primeira como mero local de produção, e o último como simples local de lazer. Entende-se que a politização do futebol nos clubes de base operária seja uma propriedade emergente dessa composição. Ainda, a condição do morador da favela da Zona Sul, realocado nos pequenos bairros de Vila Aliança e Vila Kennedy, apresenta-se como plexo de humilhações rituais, coletadas por um jornal de oposição da época: o *Diário carioca* descreveu ocasionalmente as casas inconclusas, as ruas sem calçamento, o comércio que nunca funcionara, as chaves, que eram idênticas para todas as unidades habitacionais etc.

supermercados. Sob o argumento da violência dos torcedores e da falta de conforto, os estádios passaram, como na descrição de Michel Foucault (2004) sobre o controle dos corpos e do tempo, por um processo rigoroso de ampliação das tecnologias de segurança, com um monitoramento capaz de reconhecer cada torcedor e seu gesto intra e extramuros, além de um vertiginoso aumento nos preços cobrados pelos ingressos¹². Como resultado desses mecanismos, as formas de torcer de outrora foram podadas por uma rígida segurança e um processo de elitização e individualização do público-alvo, reduzindo a interação fervorosa e coletiva entre os torcedores. No entanto, Giulianotti acredita que essa transformação dos estádios não será disseminada por todo o mundo. Em *Moça Bonita*, como em muitos estádios distribuídos pelo globo, torcer é ainda uma atividade de forte apelo coletivo, popular e identitário, despertando na comunidade um interesse particular e muitas vezes sendo o estádio associado à sua própria residência, num sintoma de renovada topofilia¹³.

Esse cenário banguense exibido na matéria não foge a um panorama do global no século XXI. Especialmente a partir dos anos 1970, entende-se que o processo de globalização afrouxou as fronteiras do nacional, dando voz a questionamentos acerca das identificações com uma cultura nacional. Persistindo, ainda, as identidades nacionais, as atenções se voltam, no entanto, mais ao local do que ao global, incorporado por grupos que lutam pela sobrevivência. Usar a identidade é uma forma de defesa dos interesses, caminho seguido por muitas populações locais que emergiram no lugar e no espaço do Estado. Segundo Zygmunt Bauman, as cidades contemporâneas são “os campos de batalha nos quais os poderes globais e os sentidos e identidades tenazmente

¹² O acesso dos torcedores menos abastados aos principais estádios europeus clarifica essa situação. O estádio do Manchester United, Old Trafford, mas também conhecido como Teatro dos Sonhos, é a metáfora da glamourização alcançada pelos estádios modernos nos últimos anos. O acesso às principais partidas do clube só pode ser feito por meio da compra de carnês para toda a temporada ou mediante compra de pacotes turísticos que contenham ingressos para os jogos mais importantes. Àqueles que torcem pelo clube, mas não têm meios para adquirir ingressos, resta a opção de assistir às partidas menos importantes do clube em campeonatos periféricos.

¹³ O exemplo quadra perfeitamente à análise de Giulianotti, para quem “o campo enquanto local evoca memórias e estimula expectativas. Suas características idiossincráticas são particularmente idealizadas: a inclinação do terreno, as carvoarias vizinhas, a cor dos tijolos, a loucura arquitetônica de uma arquibancada. Cada uma significa o status especial do campo relativo a outros estágios. Consequentemente, considera-se que os campos de futebol têm seu próprio caráter sociogeográfico, representativo da comunidade dos torcedores” (Op. cit., 2010, p. 97).

locais se encontram, se confrontam e lutam” (2009. p. 35), observando-se que a multiplicação dos embates corresponde aos espaços discursivos deixados pelo retraimento do Estado nacional.

Stuart Hall entende que uma das consequências da globalização sobre as identidades culturais é a de que “as identidades nacionais e outras identidades ‘locais’ ou particularistas estão sendo reforçadas pela resistência à globalização” (2011, p. 69). No contexto de tais identidades, como, no caso específico do futebol, o surgimento de grupos neotribais é demonstração de como os projetos unificadores em torno das grandes unidades molares já não mais conseguem efetividade.

Nessa tarefa de resistência por uma identidade banguense, de acordo com a matéria, os jovens torcedores recebem ajuda dos pais e dos avós para apoiar o time e o bairro. O pensamento de Norbert Elias vai ao encontro dessa situação:

Tem-se a impressão de que a solidez, a resistência e o arraigamento do *habitus* social numa unidade de sobrevivência aumentam à medida que se alonga e encomprida a cadeia de gerações em que certo *habitus* social se transmite de pai para filho. (ELIAS, 1990. p.173)

53

Assim, as realizações das gerações passadas continuarão no presente. É nesse espaço que o social sempre se recria, ganha novas significações. Sem essa imagem de uma coletividade que atua no seio de uma instituição, buscando permanentemente atualizar suas memórias, compartilhar experiências e reafirmar sua identidade, só restaria a extinção do grupo vivo e o esvaziamento ontológico da instituição. Elias, ainda, afirma que a imagem-do-nós não tem uma função individual, mas uma importante função social: ela dá ao indivíduo um passado que se estende muito além de seu passado pessoal e permite que alguma coisa das pessoas de outrora continue a viver no presente (ELIAS, 1990, p. 182).

Para que não haja morte coletiva, é preciso compreender que a coabitação do global com o local é um traço inexorável dos nossos dias. A compressão espaço-temporal encontra ressonância impactante no futebol. Hoje, os clubes locais não encontram concorrência apenas nos seus vizinhos: a midiatização e mercantilização do futebol divulgam e distribuem informações e produtos dos clubes mais ricos, vitoriosos e famosos por todos os cantos do globo. Podemos imaginar que, para um habitante da cidade do Rio de Janeiro, seja mais fácil

encontrar informações, assistir aos jogos e consumir produtos de Barcelona, Milan, Chelsea, Bayern de Munique, Boca Juniors e Corinthians do que de qualquer clube de menor porte da própria cidade, como, por exemplo, América, São Cristóvão e Bangu, clubes outrora considerados grandes no cenário carioca. Clubes pequenos que preservam sua base local, ainda, têm um número indefinido, conquanto expressivo, de torcedores: uma malta desorganizada que, fora do espaço de Moça Bonita, veste as camisas dos vários grandes clubes do país e do mundo.

Mesmo sabedor de que o seu clube, no cenário atual, dificilmente alcançará o patamar dos supracitados, o torcedor pode vislumbrar que esta instituição centenária tenha, para o seu bairro, a mesma centralidade simbólica e identitária que o F.C. Barcelona¹⁴ tem para a região da Catalunha e seus nativos. E é nos estádios onde as vozes participantes desses grupos tendem a se fazer estridentes: o mais importante é encontrar meios em que o global não torne o local inviável e atrofiado.

3 Guerrilha e liderança

Entre a torcida do Bangu Atlético Clube e a FAFEG, divisam-se duas formas de ação política, e se à última coubesse sempre a astúcia quase inconsciente da

¹⁴ Clube até hoje reconhecido como umas das colunas do orgulho catalão. Durante as ditaduras dos generais Miguel Primo de Rivera, nos anos 1920, e Francisco Franco, a partir dos anos 1930, a Catalunha sofreu inúmeras retaliações, dentre as quais a proibição de bandeiras e o uso da língua catalã na esfera pública. Com isso, o estádio do Barcelona, *Camp Nou*, assumiu o papel de um dos espaços de resistência às décadas de regimes totalitários vivenciados pela Espanha. “Seus torcedores gostam de se gabar de que seu estádio constituía um espaço em que podiam dar vazão ao ódio que sentiam pelo regime. Estimulados por 100 mil pessoas cantando em uníssono, com a segurança de sua presença numérica, os torcedores aproveitavam a oportunidade para gritarem coisas que não podiam ser ditas, mesmo que furtivamente, na rua ou num café”. (FOER, 2005, p.178). Outro exemplo importante do papel cidadão e reivindicativo observável no futebol foi demonstrado de forma contundente pelos torcedores do clube argentino San Lorenzo de Almagro. O clube do bairro Boedo teve seu estádio, conhecido como *Gasómetro*, desapropriado pelo governo militar argentino em 1979. O argumento dos militares era o de que ali seriam construídas casas populares e vias de acesso. No entanto, o terreno foi entregue à iniciativa privada, dando lugar ao supermercado *Carrefour*. Hoje, há um movimento de torcedores pela reapropriação local do antigo estádio. O movimento alcançou tal representatividade que, no dia 08 de março de 2012, de acordo com o jornal esportivo *Olé!*, 100 mil pessoas se concentraram na Praça de Maio, famoso espaço de protesto da capital argentina. No dia 15 de novembro, por unanimidade, o Legislativo portenho aprovou a chamada Lei de Restituição Histórica, que determina que o terreno ocupado pelo *Carrefour* retorne (onerosamente) ao patrimônio do Clube.

primeira, a diretoria mais combativa e fundadora da Federação poderia sobreviver à Ilha das Dragas, e a Favela do Pasmado, talvez, pudesse sobreviver a Lacerda. Ocorre que a FAFEG, abrigada no espírito sindicalista e na eventual aliança com a CODESCO e a ação católica, esposou a reivindicação como combate; e na peleja contra um adversário mais forte, reforçado, meses depois de sua fundação, pelo ímpeto federal, perdeu miseravelmente. A torcida do Bangu Atlético Clube, porém, com o aprendizado da contravenção, desenvolveu o que Gilles Deleuze denominava “guerra de guerrilha”, a contestação velada e sem combates, própria de forças que não são, em si, potências (1992). Os torcedores indetermináveis do pequeno clube, como mongóis, maçons e ciganos, perfazem um nomadismo discursivo, que aparece furtivo no gramado de Moça Bonita, como as pipas, às dúzias, a cada jogo.

Contrariando o diagnóstico da Escola de Frankfurt – como o prognóstico de que a globalização e a mundialização homogeneizariam e padronizariam os pensamentos, hábitos e saberes –, as diferenças persistem. Como se viu até aqui, a globalização, ao contrário, produz uma espécie de retorno ao local, um sentido de pertencimento e a valorização de identidades. Contudo, essas identidades não devem ser fechadas em si mesmas, como se estivessem cristalizadas no interior de uma redoma. A traiçoeira imagem de um global avassalador das identidades locais desperta o medo em vários grupos que, supondo-se inferiores, buscam como saída emergencial o enclausuramento em barreiras que mais se assemelham às trincheiras de uma guerra, mais do que aos acampamentos da guerrilha. Segundo Hall, há, juntamente com o impacto “do global”, um novo interesse pelo “local”:

A globalização [...], na verdade, explora a diferenciação local. Assim, em vez de pensar no global como substituindo o local, seria mais acurado pensar numa nova articulação entre “o global” e “o local” (HALL, 2011, p. 77).

O caso do Bangu é idiossincrático. Um clube da Zona Oeste do Rio de Janeiro fundado por operários britânicos que, por esse motivo, tem em suas veias, desde sua fundação, o entrelaçamento do global e o local. O futebol, nas sociedades contemporâneas, cumpre muitos papéis. Um desses, como se procurou mostrar, é de como um clube, mesmo à beira da falência e extinção, permanece capaz de albergar uma sólida solidariedade local, promovendo, assim, uma identidade compartilhada. A força dessa identidade foi demonstrada

por como ela conseguiu absorver e redimir os contingentes populacionais que o bairro recebeu na segunda metade do século XX. O preço dessa redenção, porém, foi o esquecimento e a dificuldade em se traçar, na malta, o destino dos habitantes do Pasmado¹⁵; preço do esquecimento como recomeço, nas palavras de Marc Augé,

[...] uma inauguração radical, com o re já implicando que uma mesma vida contém vários começos. [...] Sua ambição é reencontrar o futuro pelo esquecimento do passado, criar as condições de um novo nascimento que, por definição, abre-se a todos os devires possíveis sem privilegiar a nenhum. (AUGÉ, 2001, p. 78. tradução nossa).

Thomas Donohoe¹⁶, um dos fundadores do Bangu Atlético Clube, dificilmente poderia supor que seu time pudesse ter tanta expressão fora dos estádios, a ponto de sobrepujar seus méritos desportivos. Do campo de futebol na calva do Pasmado, outrora lazer de Jairzinho e correlato popular do Botafogo de Futebol e Regatas, hoje lúgubre parque público, dificilmente se poderia supor que seria transferido, com outro nome, um corolário do esquecimento como recomeço, para outro bairro, e enfrentaria outra decisão. Se a redenção do Clube se torna cada vez mais difícil pelos atributos esportivos, que seja pela memória de seus torcedores.

4 Referências

A fogueira de Botafogo. *Correio da manhã*, Rio de Janeiro, 29 jan. 1964. Segundo Caderno, p. 1.

ADORNO, Theodor. *Indústria cultural e sociedade*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

¹⁵ Licia do Prado Valladares (1978) encontrou essa dificuldade quando acompanhou o destino de cerca de 1500 famílias realocadas na Cidade de Deus. O fato de que apenas uma família proveniente do Pasmado tenha sido encontrada na região sugere que a maior parte se instalou, de fato, em Vila Kennedy e Vila Aliança, fundadas cerca de três anos antes.

¹⁶ Escocês que chegou a Bangu para ajudar a implantar técnicas fabris na recém-inaugurada fábrica e, por já ser um amante do futebol em pleno desenvolvimento no Reino Unido, contribuiu para sua disseminação na região. De acordo com a matéria, Clécio Régis, torcedor e estudioso do clube, acredita que foi Seu Danau, forma carinhosa e aportuguesada pela qual era chamado, foi a primeira pessoa a fazer uma bola de futebol rolar no Brasil.

Alegoria do gigante mostra sua nova face. *O Globo*, Rio de Janeiro, 15 abr. 2012. Caderno de esportes, p.4.

AUGÉ, Marc. *Les formes de l'oubli*. Paris: Payot & Rivages, 2001.

_____. *Por una antropología de la movilidad*. Barcelona: Gedisa, 2007.

_____. *Não lugares: introdução a uma antropologia da supermodernidade*. Campinas: Papirus, 2012.

BAUMAN, Zygmunt. *Confiança e medo na cidade*. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.

Bombeiros saneiam Pasmado com fogo. *Tribuna da imprensa*, Rio de Janeiro, 25/26 jan. 1964. p. 4

DE LANDA, Manuel. *Deleuze: history and science*. New York: Atropos, 2010.

DELEUZE, Gilles. *Conversações: 1972-1990*. Tradução de Peter Pál Pelbart. São Paulo: 34, 1992.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. *Capitalismo e Esquizofrenia I: o anti-Édipo*. Tradução de Joana Moraes Varela e Manuel Maria Carrilho. Lisboa: Assírio e Alvim, 2004.

_____. *Capitalismo e esquizofrenia II: mil platôs*. Tradução de Peter Pál Pelbart, Suely Rolnik, Janice Caiafa et al. São Paulo: Editora 34, 1995-1997. 5 v.

ELIAS, Norbert. *A sociedade dos indivíduos*. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

Favelados do Pasmado abandonam Vila Kennedy. *Diário carioca*, Rio de Janeiro, 7 jan. 1964. p. 1

FOER, Franklin. *Como o futebol explica o mundo: um olhar inesperado sobre a globalização*. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir*. 29. ed. Tradução de Raquel Ramallete. Petrópolis: Vozes, 2004.

FREIRE, A.; OLIVEIRA, L. L. (Org.). *Capítulos da memória do urbanismo carioca: depoimentos ao centro de pesquisa e documentação em história contemporânea do Brasil (CPDOC/FGV)*. Rio de Janeiro: Folha Seca, 2002. p. 52-77; 78-104.

GIULIANOTTI, Richard. *Sociologia do futebol: dimensões históricas e socioculturais do esporte das multidões*. São Paulo: Nova Alexandria, 2010.

HALL, Stuart. *Identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2011. 11. ed.

La Legislatura porteña aprobó la vuelta de San Lorenzo a Boedo. *La nación*. Buenos Aires, 15 nov. 2012. Disponível em: <<http://canchallena.lanacion.com.ar/1526899-la-legislatura-portena-aprobo-la-vuelta-de-san-lorenzo-a-boedo>>. Acesso em 20/11/2012.

LEEDS, Anthony; LEEDS, Elizabeth. *A sociologia do Brasil urbano*. Tradução de Maria Laura Viveiros de Castro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1978.

Lo salva la gente. *Olé!*, Buenos Aires, 08 mar. 2012. Disponível em: <http://www.ole.com.ar/san-lorenzo/Hace-fuerza_0_659934341.html>. Acesso em 23/07/2012.

MONTEIRO, Marcelo. Furacão no Pasmado. *Favela tem memória*. s.l.: s.d. Disponível em: <http://www.favelatemmemoria.com.br/publique/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?from%5Finfo%5Findex=16&sid=4&inford=1>>. Acesso em 03/11/2012.

O craque que derrotou o tempo. *Placar*. São Paulo: Abril. n. 600, 13 nov. 1981. p.68.

PERLMAN, Janice E. *O mito da marginalidade: favelas e política no Rio de Janeiro*. Tradução de Waldivia Marchiori Portinho. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

PUGLIESI, Stella Christina de Toledo Santos (2002). *Urbanização de favelas: de alternativa a política consolidada*. São Carlos, 2002, 135p. Dissertação (Mestrado) — Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo.

SANTOS, Carlos Nelson Ferreira dos. *Movimentos urbanos no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1981.

SILVA, Maria L. P. da. *Favelas cariocas, 1930-1964*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005.

VALLADARES, Licia do Prado. *Passa-se uma casa: análise do programa de remoção de favelas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1978.

59

_____. A Gênese da favela carioca: a produção anterior às ciências sociais. *Revista brasileira de ciências sociais*. v. 13 n. 44. São Paulo: Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais, 2007. p. 5-34.

ZALUAR, Alba e ALVITO, Marcos (Org.). *Um século de favela*. 5. ed. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 2006.

O Clube da Esquina no contexto ditatorial

Cauhana Tafarelo de Oliveira¹

Resumo: O artigo busca pensar na relação das composições do movimento musical Clube da Esquina e do contexto cultural e histórico do Brasil das décadas de 1960 e 1970. Partindo de algumas das canções emblemáticas da época, pretende-se discutir como tais questões estão materializadas em relação às questões históricas. Para isso, serão apresentadas algumas características do grupo, para uma posterior compreensão de sua ligação com o contexto ditatorial. Em seguida, será desenvolvida uma breve análise de quatro canções, apontando a forma como as letras refletem esse cenário político. Em meio ao clima de repressão da ditadura, as músicas do grupo apresentavam uma visão crítica – e ao mesmo tempo poética – sobre a conjuntura vigente, ao mesmo tempo em que traziam novas sonoridades à música popular brasileira.

Palavras-chave: Clube da Esquina. Ditadura militar. Cultura. Música popular brasileira.

¹ Mestranda em Tecnologia na linha de pesquisa de Mediações e Culturas na Universidade Tecnológica Federal do Paraná.

Abstract: The article investigates the relationship between the compositions of the musical movement Clube da Esquina and the cultural and historical context in the Brazil's 1960 and 1970. From some of the emblematic songs of the time, the research intends to discuss how these issues are materialized on historical matters. For this, will be introduced a brief history of the group, for further understanding of its connection with the dictatorship. Then, the analysis will be developed in three poetic songs, pointing how the lyrics reflect this political scenario. In the context of repression of the dictatorship, the group's songs had a critical vision – and yet poetic – about the current situation, with new rhythms to Brazilian popular music.

Keywords: Clube da Esquina. Military dictatorship. Culture. Brazilian Popular Music.

1 Introdução: Coisas que ficaram muito tempo por dizer

O objetivo deste trabalho é estudar a linguagem utilizada nas canções do Clube da Esquina dentro do contexto ditatorial entre o final de 1960 e da década 1970. Pretende-se apresentar algumas características da poética do movimento musical Clube da Esquina e sua relação com o período ditatorial no Brasil.

A proposta é refletir sobre essa conjuntura e a ligação com essa produção musical a partir de algumas análises. Conforme apontado por Marcos Napolitano, “mais do que ‘espelho’ que reflete algo, a música (e a cultura como um todo) é o caleidoscópio pelo qual o objeto visado (a ‘realidade social’) se dinamiza e se reconfigura” (NAPOLITANO, 2005, p. 127)

Assim, inicialmente há uma introdução sobre o grupo musical, apresentando suas principais características sonoras. No item subsequente, um breve estudo do contexto político da época, para uma posterior relação do movimento musical com a realidade vigente. Em seguida, uma análise de quatro canções, nas quais é possível verificar como as composições se posicionam em relação à conjuntura ditatorial.

2 Clube da Esquina: De tudo se faz canção

O Clube da Esquina foi o um movimento² musical que surgiu na década de 1960 em Minas Gerais. Formado principalmente pelos músicos Milton Nascimento, Beto Guedes, Tavito, Lô Borges, Wagner Tiso, Toninho Horta e Ronaldo Bastos, o Clube trouxe um conceito de *world music*, criando uma síntese de vertentes com base, sobretudo, no jazz, nas músicas africana (especialmente o congado) e espanhola, mas também com algumas características da música popular brasileira.

O grupo

apresentou ao país a mistura de sons; bossa nova, “Beatles”, toadas, congadas, choro, jazz, folias de reis e rock progressivo; feita por aquele grupo de mineiros, ao qual se agregaram ainda o letrista Ronaldo Bastos e o grupo Som Imaginário, de Wagner Tiso (AMARAL ET AL, 2004, p. 47).

Ao trabalhar com ritmos novos e originais para a música popular brasileira, rompeu com diversas tradições presentes e, ao mesmo tempo, criando

uma síntese com outras. Por um lado, há uma forte diferenciação em relação à linguagem coloquial da Bossa Nova e ao humor e irreverência do Tropicalismo. Por outro lado, em algumas canções há uma incorporação também do rock (com as guitarras expressivas de “Trem de Doido”, por exemplo) e um “surpreendente aproveitamento da música regional mineira, tratada com os requintados recursos harmônicos da bossa nova” (SEVERIANO, 2009, p. 370).

No momento dessa implosão, quem juntou tudo, o rock, o jazz, a bossa, o clássico, a música regional, criando uma grande síntese, foi o Clube da Esquina. Dentro da imensa diversidade sonora produzida até então, o Clube da Esquina ressitou o espaço da MPB certificando, com qualidade, a incorporação dos diversos elementos propostos pelos movimentos que o antecederam (VILELA, 2010, p. 19).

Milton foi o primeiro do grupo a gravar. Em seus primeiros álbuns, “Travessia” (1967) e “Courage” (1968), a sonoridade ainda dialogava com a Bossa.

Porém, foi no seu disco *Milton*, de 1970, que ele e os rapazes do Clube da Esquina passaram a trilhar um caminho sonoro totalmente próprio, autêntico e mais independente do passado sonoro da música brasileira. [...] Uma instrumentação pesada, com guitarra, baixo, bateria, pandeiro meia-lua, piano e teclado; instrumentação típica das bandas de rock e nada usual no som que ele fazia até então. [...] Na realidade, uma ruptura sonora com seus três discos anteriores que estavam mais próximos da sonoridade da MPB como um campo consolidado do que a tropicália implodira. Essa ruptura de paisagem sonora marcou o início de uma carreira singular que o pessoal do Clube da Esquina traçou na busca de uma sonoridade própria e de um novo tratamento à canção (VILELA, 2010, p. 20-21).

Um dos principais discos foi o “Clube da Esquina I”, lançado em 1972. O título do álbum, que acabou nomeando o movimento, fazia referência ao ponto de encontro dos músicos em Belo Horizonte (OLIVEIRA, 2006, p.09). O LP “assumiu, mesmo sem ter tal pretensão, uma relevância na música brasileira, refletindo, por meio de suas letras e de suas harmonias elaboradas, o momento histórico” da ditadura (AMARAL ET AL, 2004, p. 47).

De uma forma geral, as características mais marcantes das melodias são sofisticação harmônica, combinação de compassos incomuns, nova forma de timbrar os instrumentos e a presença de sobreposição de camadas musicais - uso de massas sonoras -, recurso utilizado até então somente pela música erudita. Ademais, há ainda o uso da voz como um instrumento e do falsete como recurso sonoro.

A voz é explorada, no disco, de diversas maneiras: realizando dobramentos, contracantos, vocais homofônicos e de sustentação harmônica. A superposição de instrumentos provocando densidade também é uma característica representativa. [...] Outro fator limitante diz respeito ao timbre. Violão, guitarra, viola caipira, órgão, piano, baixo, bateria, voz, vocais, percussão, orquestra criam cores e combinações que, somadas a superposições instrumentais, resultam em uma grande densidade sonora misturando o tradicional com o moderno, o rural com o urbano, o local com o global (NUNES, 2004, p. 05-06).

Outro recurso era a troca de instrumentos entre os músicos do grupo: os integrantes envolvidos na gravação não tocam “apenas o instrumento de sua especialidade”, mas também outros que não dominam tanto, criando um som diverso e um resultado particular. “Isso faz com que a sonoridade seja diferenciada por um aspecto sonoro que hoje é chamado de etnomúsica.” Pode-se observar, portanto, que o Clube traz novos conceitos de acompanhamento, a partir do uso da harmonia e ritmos com “contornos e corpos inusitados” (VILELA, 2010, p. 23).

3 Contexto histórico brasileiro: Em meio a tantos gases lacrimogêneos

Visando a uma compreensão dos aspectos culturais inseridos no contexto histórico no Brasil, torna-se importante um breve estudo dos aspectos sociais e políticos do período para posteriormente pensar nas canções escolhidas - as quais estão atreladas à conjuntura dos anos apresentados.

Na década de 1960, envolta num clima de insatisfação cada vez mais crescente com as restrições impostas pela ditadura militar (1964-1985), a sociedade brasileira presencia o surgimento e o crescimento de um movimento que se mostrava contrário às normas da época, como uma alternativa para quem não se mostrava inclinado a aderir nem ao que viam como sendo uma direita que apoiava o regime, nem ao movimento guerrilheiro de esquerda: a *Contracultura*. Rejeitados e criticados por ambas as partes, buscavam no questionamento social, nas drogas e nas religiões alternativas uma forma de livre expressão dentro de uma situação que se apresentava como cada vez mais opressiva (CRUZ, sd, p. 01).

Depois das tentativas de industrialização e modernização por meio dos projetos de Juscelino Kubitschek (1956-1961), da entrada de multinacionais (FAUSTO, 2001, p. 236) e do populismo de Jânio Quadros (1961), João Goulart

(1961-1964) assume a presidência.

Entidades conservadoras como UDN (União Democrática Nacional) e alguns militares tentaram impedir sua posse, visto que Goulart tinha uma orientação política que se opunha às tendências conservadoras de Quadros. Para tentar contornar tal crise, houve a implantação do Parlamentarismo até o início de 1962, amenizando temporariamente a resistência por parte das linhas conservadoras. A principal medida de Goulart foi a criação das “Reformas de Base”, com diversos objetivos que se opunham às forças políticas de direita, como a reforma agrária (FAUSTO, 2001, p. 238).

Nesse contexto, houve uma mobilização conservadora que culminou na Marcha da Família com Deus e pela Liberdade, que reuniu mais de 400 mil pessoas protestando por uma intervenção militar contra João Goulart. Havia também uma forte força política de apoio ao presidente, como a UNE (União Nacional dos Estudantes), que apoiava a reforma estudantil e as Ligas Camponesas, que defendiam os direitos dos trabalhadores rurais. Em meio a essa tensão social, ocorreu um fortalecimento político dos conservadores, preparando politicamente o país para o Golpe Militar (FAUSTO, 2001, p. 244-247). Em 1964, com o apoio da elite, da Igreja, e de políticos de direita, ocorreu uma mobilização militar contra o governo. Para evitar uma guerra civil, Goulart acabou cedendo às tropas e migrou para o Rio Grande do Sul.

Com a tomada do poder pelos militares, houve uma eleição indireta de Castelo Branco (1964-1967) para a presidência. Em seguida, foram tomadas diversas medidas, como extinção dos partidos e alteração do funcionamento dos três poderes, aumentando o controle sobre o Legislativo (FAUSTO, 2001, p. 258-260).

Houve uma abertura para a entrada de empresas estrangeiras e do capital estadunidense, além da anulação de leis do governo anterior. A situação da época agravou a crise econômica, causando diminuição dos salários e aumentando o desemprego.

Mesmo com a tensão do clima repressivo, havia manifestações populares em oposição ao governo, organizada por sindicatos e estudantes. Foram estabelecidos dois partidos: a Arena, que apoiava os militares, e o MDB (Movimento Democrático Brasileiro), em oposição. Aumentava o autoritarismo, com perseguição aos sindicatos e censura em relação à imprensa. Ainda no

governo de Castelo Branco, deu-se a criação da Lei de Segurança Nacional, que consistia em um conjunto de normas de regimento para a sociedade, sendo que os opositores eram severamente punidos.

Posteriormente, ocorreu a eleição de Marechal Costa e Silva (1967-1969), que inicialmente propôs uma abertura à democracia, mas acabou contribuindo para o endurecimento do regime. Nessa época, as perseguições, repressões (figura 01), censuras e prisões foram cada vez mais frequentes (FAUSTO, 2001, p. 262-264).

Em 1968, ocorreu a implantação do Ato Institucional nº 5, determinando drásticas medidas governamentais, no qual todo o poder estava concentrado na presidência. A principal foi a criação da prisão preventiva sem o direito de *habeas corpus*, sendo o principal objetivo desarticular as manifestações populares e estudantis (FAUSTO, 2001, p. 265).

O governo seguinte, de Médici (1969-1974), foi marcado pela crescente repressão, que culminou em torturas e desaparecimentos. Diversas pessoas saíram do país e houve uma enorme resistência dos movimentos esquerdistas. Seguiu-se um aumento da crise econômica, visto que a dívida externa aumentava, e o domínio das empresas estrangeiras era cada vez maior. Existia também uma desigualdade social e cultural exorbitante: além de existir concentração de renda, a maioria da população não tinha acesso aos acontecimentos do período.

Em seguida, o governo Geisel (1974-1979) inicia uma lenta abertura política. Os militares o pressionavam para manter a linha dura, mas a opinião pública e os opositores estavam ainda mais contundentes na tentativa de estimular algumas mudanças. Ainda nesse governo, o AI-5 deixa de ter vigência (FAUSTO, 2001, p. 270-271).

O caminho foi repleto de pequenos avanços e retrocessos, até que, no mandato de Figueiredo (1979-1985), outras medidas mais substanciais são tomadas, como o retorno dos exilados. É pertinente comentar que o processo de abertura foi “perturbado pela ação da linha dura” e que a transição entre os anos de 1970 e 1980 é marcada por uma profunda crise econômica, a serviço da dívida externa (FAUSTO, 2001, p. 278-280).

4 Música e poesia: Resistindo na boca da noite um gosto de sol

Com o início do regime militar, “os artistas se reorganizaram para lutar contra a opressão e fazer oposição, tendo na arte a arma mais pungente” (OLIVEIRA, 2006, p.50).

Na década de 1960, um novo período se inaugura na canção brasileira. Considerando a maioria das canções e não os casos isolados, pode-se dizer que a partir dessa década, a canção brasileira se torna mais engajada. Mesmo aquelas obras e autores que não podem se encaixar exatamente nesse estereótipo criaram, no período, um número maior de canções que de alguma forma fazem referência ao país onde se vivia, onde se queria viver e onde não se queria viver (QUEIROZ, 2004, p. 23).

De acordo com o sociólogo Marcos Ridenti, citado por Rodrigo Oliveira (2006, p. 51-52), basicamente havia duas correntes culturais na época: uma vanguardista e outra nacionalista e popular. Apesar de não ser rotulado como nacionalista, havia uma tendência ao engajamento presente no trabalho de diversos músicos: entre as correntes do formalismo e do “nacional”, a música de Milton e do Clube da Esquina tendia sempre à segunda corrente. Havia muita crítica ao fato de alguns integrantes do grupo gravarem algumas das canções em inglês: para os mais radicais, isso “feria a música nacional”. No entanto, mesmo com o diálogo com a música estrangeira, muitos valores políticos estavam presentes de forma indireta nas composições (OLIVEIRA, 2006, p.50). Diferentemente da música ufanista³, é possível considerar que o Clube

[...] superava dicotomias tão presentes em seu tempo, entre o “nacional” e o “estrangeiro”, o “popular” e o “erudito”, o “tradicional” e a “vanguarda”, mas sem optar pelo contraste nítido destes elementos, usando, ao contrário, estratégias de aproximação crítica e descoberta de afinidades insuspeitas que permitiram sua combinação na criação musical (GARCIA, 2006, p. 03-04).

De forma geral, o Clube aborda diferentes temas em suas canções, como viagem e sentimentos de tristeza. Está presente também a questão da luta, que retrata o momento político e a importância artística de fazer oposição ao regime, “respeitando-se o modelo criado pelo CPC”. Não havia uma proposta de criar uma análise histórica ditatorial por meio das canções, no entanto, por terem sido desenvolvidas nesse período, “sua carga musical e literária não pode ser destacada de seu momento histórico”, possibilitando uma compreensão do ambiente ditatorial por meio da análise de sua produção musical (OLIVEIRA,

2006, p. 53).

As composições do Clube criavam uma ponte - a partir de uma linguagem poética – com aspectos sócio-políticos, apontando a opressão presente nos anos de 1960. Em suas produções, a relação com o contexto cultural, social e político aparece nas letras em alguns momentos de forma esperançosa, criando uma contraposição à repressão vigente e, em outros, uma relação com os valores da contracultura⁴. Outro tipo de ligação que o Clube faz com o momento histórico ocorre com a alusão apenas ao sentimento de opressão com denotação de sentimento de angústia e preocupação, sem citar diretamente uma referência ditatorial nem mencionar outros aspectos históricos. No entanto, mesmo que certo engajamento não estivesse colocado de forma direta, a preferência era por “assuntos culturais e políticos”, privilegiando temas sociais (AMARAL ET AL, 2004 , p. 47).

A ideia de engajamento estava nas composições de vários artistas. No Clube da Esquina, os que mais se enquadram nessa característica foram os chamados de intelectualizados: Márcio Borges, Ronaldo Bastos e Fernando Brant, os demais [...] ligaram-se aos valores da contracultura (OLIVEIRA, 2006, p. 51).

A música “Outubro”, de Milton Nascimento e Fernando Brant, foi uma das primeiras gravações do Clube. A faixa de 1967 denota uma atmosfera de angústia, aludindo ao contexto do Brasil e propondo “um contraponto com a contracultura mundial e o fim das liberdades provocado pela ditadura e pela mudança forçada no modo de vida, dada a nova ordem capitalista mundial” (OLIVEIRA, 2006, p.54-55). Considerando a letra como uma forma de crítica ao sistema econômico, destaca-se uma menção à Revolução Russa no nome da música. É possível perceber também a questão da esperança que aparece no início da composição - “outra vida vai nascer” e “matar com amor essa dor” – e esmaece no decorrer da música – “o mundo já era assim”.

Tanta gente no meu rumo
 Mas eu sempre vou só
 Nessa terra desse jeito
 Já não sei viver
 Deixo tudo deixo nada
 Só do tempo eu não posso me livrar
 E ele corre para ter meu dia de morrer
 Mas se eu/ tiro do lamento um novo canto
 Outra vida vai nascer
 Vou achar um novo amor
 Vou morrer só quando for

A jogar o meu braço no mundo
 Fazer meu outubro de homem
 Matar com amor essa dor
 Vou
 Fazer desse chão minha vida
 Meu peito é que era deserto
 O mundo já era assim
 Tanta gente no meu rumo
 Já não sei viver só
 Foi um dia e é sem jeito
 Que eu vou contar
 Certa moça me falando alegria
 De repente ressurgiu
 Minha história está contada
 Vou me despedir

“Outubro”, Milton Nascimento e Fernando Brant (1968)

A próxima canção a ser comentada, “Clube da Esquina 2”, está no disco que se tornou um dos mais relevantes trabalhos na MPB. A canção é de 1972 e traz alguns pontos interessantes a serem comentados.

Nessa faixa, a política ditatorial aparece de forma significativa, mas com certa discrição, pois está presente em meio a outros temas recorrentes do grupo, como “viagem”/ “estrada” e tristeza – como pode ser visto nas frases iniciais. Na segunda estrofe, está presente um saudosismo melancólico, sobretudo no verso “e sonhos não envelhecem”. Tais palavras podem ser relacionadas a um sentimento de perda em relação ao passado, ou seja, ao período que antecedeu a ditadura. Essa atmosfera angustiante é reforçada pelo verso seguinte, que traz um instrumento de repressão amplamente utilizado (o gás lacrimogêneo).

Uma característica interessante da composição é que o final das estrofes, a melodia e a repetição de palavras (anáfora)⁵ – junto aos recursos tímbricos utilizados, ou seja, o vocal como instrumento – se complementam, criando um ambiente sonoro que remete às sensações presentes na letra, como saudosismo e a insistência de seguir e continuar, construindo uma multidão.

Porque se chamava moço
 Também se chamava estrada
 Viagem de ventania
 Nem lembra se olhou pra trás
 Ao primeiro passo, aço, aço...

Porque se chamava homem
 Também se chamavam sonhos
 E sonhos não envelhecem
 Em meio a tantos gases
 lacrimogêneos

Ficam calmos, calmos, calmos

E lá se vai mais um dia
E basta contar compasso
e basta contar consigo
Que a chama não tem pavio
De tudo se faz canção
E o coração
Na curva de um rio, rio...

E lá se vai mais um dia
E o Rio de asfalto e gente
Entorna pelas ladeiras
Entope o meio fio
Esquina mais de um milhão
Quero ver então a gente,
gente, gente...

“Clube da Esquina 2”, Lô Borges, Márcio Borges e Milton Nascimento (1972)

Outra música interessante para pensar na manifestação musical como um meio de resistência política é “Credo”, presente no disco “Clube da Esquina II”, de 1978. A canção traz mensagens de esperança e boas perspectivas, como semear liberdade e sonhos, “apagando a escuridão” da opressão ditatorial. Destaca-se também a questão da “fé no povo”, que “resiste e insiste” em melhores possibilidades sociais no futuro.

Vale destacar que a canção começa e termina com trechos de “San Vicente”, canção de Milton Nascimento e Fernando Brant referente à opressão que ocorria no período em El Salvador. Sua letra dialoga com a conjuntura política latino-americana e integra o contexto do Brasil em tal conjuntura, pois apresenta “San Vicente” cantada por diversas pessoas e inicia “Credo” com a palavra “caminhando”, mesclando as duas faixas sonoramente e poeticamente. A sonoridade remete à influência espanhola – o que leva o ouvinte a lembrar da história de El Salvador (visto que sua independência da Espanha foi tardia e desencadeou diversos conflitos).

Caminhando pela noite de nossa cidade
Acendendo a esperança e apagando a escuridão
Vamos, caminhando pelas ruas de nossa cidade
Viver derramando a juventude pelos corações
Tenha fé no nosso povo que ele resiste
Tenha fé no nosso povo que ele insiste
E acordar novo, forte, alegre, cheio de paixão

Vamos, caminhando de mãos dadas com a alma nova
Viver semeando a liberdade em cada coração
Tenha fé no nosso povo que ele acorda

Tenha fé no nosso povo que ele assusta

Caminhando e vivendo com a alma aberta
Aquecidos pelo sol que vem depois do temporal
Vamos, companheiros pelas ruas de nossa cidade
Cantar semeando um sonho que vai ter de ser real
Caminhemos pela noite com a esperança
Caminhemos pela noite com a juventude

“Credo”, Milton Nascimento e Fernando Brant (1978)

Uma das canções mais emblemáticas em relação a uma contestação poética ligada à contracultura é “Sal da Terra”, de 1981. A letra traz uma mensagem de união, harmonia e boas perspectivas em relação a mudanças (esse sentimento aparece ao final da primeira estrofe, com a ideia de “arrumar” a realidade).

O valor da união frente ao movimento histórico de opressão mundial para além da ditadura e união da juventude em voga dessa mesma opressão é sintomático, e diz que essa juventude se via, a partir de então como categoria: foi por meio das rebeliões juvenis das décadas de 1960/70 que o quadro específico da união e da negação aos valores institucionais repercutiu, a ponto de influenciar uma geração (OLIVEIRA, 2006, p.28).

Nessa canção, o diálogo com a realidade vigente ocorre por meio de uma combinação de elementos referentes à contracultura, como valorização da natureza, característica que se manifesta no título e nas questões referentes ao planeta e seus frutos (quinta e sexta estrofe). Aparecem também sentimentos de amor, esperança, paz e união, os quais estão explicitados em toda a criação textual e são reforçados pelo caráter melodioso e suave da harmonia musical.

Anda, quero te dizer nenhum segredo
Falo nesse chão, da nossa casa
Vem que tá na hora de arrumar

Tempo, quero viver mais duzentos anos
Quero não ferir meu semelhante
Nem por isso quero me ferir

Vamos precisar de todo mundo
Prá banir do mundo a opressão
Para construir a vida nova
Vamos precisar de muito amor
A felicidade mora ao lado
E quem não é tolo pode ver

A paz na Terra, amor
O pé na terra
A paz na Terra, amor
O sal da Terra

És o mais bonito dos planetas
Tão te maltratando por dinheiro
Tu que és a nave nossa irmã

Canta, leva tua vida em harmonia
E nos alimenta com seus frutos
Tu que és do homem, a maçã

Vamos precisar de todo mundo
Um mais um é sempre mais que dois
Prá melhor juntar as nossas forças
É só repartir melhor o pão
Recriar o paraíso agora
Para merecer quem vem depois

Deixa nascer, o amor
Deixa fluir, o amor
Deixa crescer, o amor
Deixa viver, o amor
O sal da terra

“O Sal da Terra”, Beto Guedes e Ronaldo Bastos (1981)

A partir dos apontamentos sobre as canções estudadas, pode-se verificar que o Clube da Esquina, além de trazer novas sonoridades para a música popular brasileira, dialogou com a conjuntura histórica de forma poética e inovadora.

Os artistas do Clube da Esquina, através de uma obra vasta e plural, fizeram duras críticas ao capitalismo e seu modo de vida, reafirmando elementos que o novo contexto insistia em negar. Não foram apenas românticos, limitando-se a um projeto ingênuo de retorno ao passado. Foram também revolucionários, ao proporem a transformação de uma realidade marcada tanto pelo avanço de uma mentalidade capitalista, quanto pela vigência de um regime militar castrador da produção e fruição artísticas (CANTON, 2010, p. 160).

Como alternativa ao nacionalismo, o grupo criou e consolidou uma nova forma de discutir com a opressão e questionar a realidade vigente.

5 Considerações finais: Nada será como antes

Durante a tentativa de investigar a ponte entre as canções do grupo em meio ao contexto apontado, foi possível contatar como as composições musicais podem, de fato, refletir e reinterpretar a história vigente.

A partir da bibliografia utilizada, percebe-se que o Clube da Esquina teve significativa importância no contexto cultural da ditadura, com a formação

de uma nova linguagem sonora e manifestações críticas em relação à situação política.

Por meio da mistura de traços rítmicos de estilos como jazz e música africana, pode-se considerar que o grupo conseguiu resistir ao âmbito repressivo, de forma inovadora e poética, mas não alienada. Isso pode ser constatado nas músicas apontadas, que trazem o viés reflexivo da realidade nacional. Algumas das letras tratam de expressões interiores e composições imagéticas, mas sem deixar de ter certa alusão ao contexto histórico. Em outras, há canções com caráter social e político, trazendo questões presentes no período ditatorial – ou mencionando acontecimentos mundiais, como a contracultura.

Assim, é interessante perceber a formação de consciência que pode ocorrer a partir da existência/experiência social, que a arte frequentemente explicita – neste caso, com músicas. De forma poética e complexa, as composições textuais, conciliada às texturas e camadas criadas pela harmonização utilizada, contribuíram para que o grupo seja hoje “um dos mais criativos e musicais movimentos surgidos na música popular brasileira” (VILELA, 2010, p. 27).

Espera-se que os apontamentos sobre as relações culturais e sociais que envolveram e refletiram nas canções do Clube da Esquina contribua para debates não só no âmbito da produção musical, mas também nas reflexões sobre arte e história do país.

Notas

1. Foram selecionadas as seguintes canções: “Outubro” (1967), “Clube da Esquina 2” (1972), “Credo” (1978) e “Sal da Terra” (1981). Optou-se por esse recorte, para contemplar as diferentes épocas do Clube, desde seu início (no final da década de 1960) até o começo da década de 1980. Ademais, as músicas da década de 1970 foram escolhidas por serem dos discos mais emblemáticos do grupo: “Clube da Esquina I” (1972) e “Clube da Esquina II” (1978).

2. O Clube da Esquina não se intitulava como um movimento propriamente dito. No entanto, ao intitular músicas e compor as capas, o grupo demonstrava que, apesar de não se considerar um movimento, comportava-se como tal.

“Diferentemente dos movimentos que se avizinham, como a Bossa Nova, a Jovem Guarda e a Tropicália, o Clube da Esquina não teve apoio nem projeção na grande mídia. Isso pode ter tornado mais difícil a sua aceitação como um movimento” (VILELA, 2010, p. 19).

3. Nesse período, “o autoritarismo do governo Médici reiniciava o processo de dilapidação da arte e da cultura em nosso país.” Em meio à repressão, a música ufanista reaparece, promovendo um “discurso-exaltação” em apoio ao governo. “Apenas alguns poucos talentos como Milton Nascimento” conseguiram desenvolver “alguns trabalhos isolados” (CALDAS, 2010, p. 84-85).

4. Diversos protestos e lutas por mudanças de valores, costumes e ideias permearam o cenário da década de 1960. “A esse conjunto de manifestações, deu-se o nome de contracultura”, culminando em movimentos como negro, feminista e hippie. O movimento hippie foi de expressiva influência no Brasil e propunha a busca por um estilo de vida alternativo que tinham como inspiração questões ligadas à natureza, misticismo, amor e liberdade (ZAN, 2009, p.02).

5. Outra figura de linguagem presente na composição (terceira estrofe) é a aliteração, que é identificada pela repetição dos sons de “c” e “s”.

75

Referências

AMARAL, Gabriela Lorentz; ISIDORO, Luiz Guilherme; DELGADO, Marcos; OLIVEIRA, Samantha. *Clube da Esquina: a música como atrativo turístico*. Belo Horizonte: 2004.

CALDAS, Waldenyr. *Iniciação à Música Popular Brasileira*. São Paulo: 5ª Edição, Amarilys, 2010.

CANTON, Ciro Augusto Pereira. *Nuvem no Céu e Raiz*. Romantismo Revolucionário e Mineiridade em Milton Nascimento e no Clube da Esquina. São João Del Rei, 2010.

CRUZ, Mareska. *Contracultura e Religiões Alternativas*. Campinas, sd. Disponível

em <www.ifch.unicamp.br/graduacao/anais/mareska_cruz.pdf>. Acesso em 18 de mai. de 2011.

FAUSTO, Boris. *História Concisa do Brasil*. São Paulo: Edusp, 2001.

GARCIA, Luiz Henrique Assis. *Na Esquina do Mundo: trocas culturais na música popular brasileira através da obra do Clube da Esquina (1960-1980)*. Belo Horizonte: 2006.

GOHN, Daniel. *A Tecnologia na Música*. XXIV Congresso Brasileiro da Comunicação. Campo Grande, 2001. Disponível em: <<http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2001/papers/NP6GOHN.pdf>>.

NAPOLITANO, Marcos. *MPB: totem-tabu da Vida Musical Brasileira*. In: Itaú Cultural. Anos 70: Trajetórias. São Paulo: Iluminuras, 2005.

NUNES, Thais dos Guimarães *Alvim. A sonoridade específica do Clube da Esquina*. Campinas: 2004.

OLIVEIRA, Rodrigo. *Milton de Minas: Milton Nascimento e o Clube da Esquina: cultura, resistência e mineiridade na música popular brasileira*. Instituto de História. Uberlândia, 2006.

QUEIROZ, Marina Pereira. *Clube da Esquina: identidade, dribble e diálogo*. Belo Horizonte: 2004.

SEVERIANO, Jairo. *Uma História da Música Popular Brasileira*. São Paulo: 2ª Edição, Editora 34, 2009.

VILELA, Ivan. *Nada ficou como antes*. Revista USP, n° 87. São Paulo, 2010.

ZAN, Mariana. *A Influência do Psicodelismo nas Capas de Discos da Tropicália*. Curitiba: 2009. Disponível em <<http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2009/resumos/R4-3869-1.pdf>>. Acesso em 23 de mar. de 2012.

John Cage: música, política, cogumelos

Alexis Milonopoulos¹

Resumo: Composição-escrita na qual se agenciam ideias e escritos vários sobre John Cage, problematizando as implicações éticas, estéticas e políticas de sua obra a partir de conexões livres, de movimentos, de respiros, de justaposições e de quebras, movimentos próprios a um escrito de sonoridades.

Palavras-chave: John Cage; Silêncio; Música Contemporânea; Política; Arte.

Abstract: Written-composition which consists of an assemblage of ideas and writings about John Cage, setting problems regarding ethical, aesthetical and political implications of Cage's work from free connections, movements, breathings, juxtapositions and breaks, which are particular movements of sonority writing.

Keywords: John Cage; Silence; Contemporary Music; Politics; Art.

¹ Graduado em Ciências Sociais pela PUC-SP, pesquisador-integrante do Núcleo de Estudos em Arte, Mídia e Política (NEAMP) e mestrando no Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais da mesma instituição.

“Eu estou aqui e não há nada a dizer. Se algum de vocês quiser ir a algum lugar, pode sair a qualquer momento. O que se requer é silêncio, mas o que o silêncio requer é que eu continue falando. Dê ao pensamento de alguém um empurrão e ele cai logo, mas o que empurra e o empurrado produzem é esse entretenimento chamado discussão. Vamos ter uma daqui há pouco? Ou podemos decidir não ter uma discussão. Como vocês quiserem. Mas agora há silêncios. E as palavras fazem, ajudam a fazer os silêncios. Eu não tenho nada a dizer e o estou dizendo. E isto é poesia, como eu quero, agora.” (Cage apud Campos, 2007)

Escutam-se fragmentos, em vez de palavras e significados. Não o que se pronunciou, mas o vazio que circula entre as palavras, um murmúrio que não cessa de desfazer o próprio discurso. O que seria musical aqui? Isso não interessa. “Antes de estudar música, homens são homens e sons são sons. Enquanto se estuda música, as coisas não são claras. Depois de estudar música, homens são homens e sons são sons, mas os pés estão um pouco mais descolados do chão.” (Cage, 1985: 37)

O fato é que o compositor, algumas horas brincando, fez música. Pouco importa o que é e o que não é música para os outros. Ouvir como música implica relacionar-se com tradições e hábitos de escuta e de produção de sons por meio de ideias e noções que as perpassam. Interessa, em vez do ouvido absoluto, o ouvido impossível, a alquimia, a possibilidade de fazer misturas.

Fazer com que a música faça bloco com partículas que nem conhecemos ou podemos “ouvir”, promover uma viagem do som. Desterritorializar as matérias, molecularizar o material, cosmicizar as forças. Afeiçoar-se com prismas, cristais de espaço-tempo. Projetar, vibrar, compor, descompor, transformar.

Deixar não só aumentar a velocidade das trocas e das reações, mas permitir e assegurar, como faz o ritornelo, interações indiretas entre elementos desprovidos de afinidade dita “natural”. A música não é, pois, “só para ser ouvida”, ela coloca os afetos do ouvido por toda a parte. Espalha ouvidos por todas as partes. *Mais de dois*.

Nesse sentido, como diziam Deleuze e Guattari, a música é a aventura do ritornelo. O conceito de ritornelo, inclusive, dentre os criados por esses autores, é o mais próximo da música. O ritornelo é uma fábrica de fazer tempos, mas não só; é também uma máquina de fazer girar, mas não só; ao girar, é uma máquina

que conecta e que modula.

Girar, conectar e modular o quê? Coisas, não coisas, pedaços de coisas e de não coisas que ao se conectarem se modulam e, nesse jogo ora são modulantes, ora são moduladas.

No ritornelo, o que volta não é o elemento, não é a forma nem a sonoridade. Muito embora aquilo que volte se confunda com tais aspectos da música, o que volta é a potência de fazer música, a potência de fazer e desfazer lugares, a potência de *escuta*.

A aventura do ritornelo é a de uma improvisação contínua. O movimento operado pelos seus três aspectos aponta sempre para o risco da improvisação, da desterritorialização, do deslocar-se. A sua grande questão é a da invenção, dos limiares, da improvisação, da experimentação. Eis o *ethos* operado pelo ritornelo: contra tudo que é fixo, constante e imutável. Formação, pois, de uma ética e de uma política que batalham contra o assujeitamento, que insistentemente se desprendem, rechaçando qualquer *governo*.

“Caminhante, são teus rastros o caminho, e nada mais; caminhante, não há caminho, faz-se o caminho ao caminhar. Ao andar faz-se o caminho, e ao olhar-se para trás, vê-se a senda que jamais se há de voltar a pisar” (Machado apud Catalão, 2002). A política vem acompanhada de um componente estético: a prática de novos estilos de vida que se reinventam e que, ao fazerem isso, dobram as forças do mundo. “Caminhante, são teus rastros o caminho, e nada mais; caminhante, não há caminho, faz-se o caminho ao caminhar”.

O que interessa é o imediatismo da sensação, o deixar ser afetado, o contágio e as contaminações. Deixar ouvir, experimentar ser arrebatado por aquilo que está nos entremeios da forma, ser levado por lugares que se fazem, por materiais expressivos e forças que nos afetam e nos permitem fazer conexões cósmicas.

Criar espaços e tempos lisos, onde as coisas deixam de ser coisas, fragmentam-se. Estabelecer, entre as forças do caos, uma relação outra com o devir, com blocos de devires. Associá-los a um novo *ethos*, agora considerado um abrigo precário, algo criado para logo ser abandonado. Uma ética calcada num devir-mundo que se transforma, que se cria e que desabrocha a cada instante.

Cage, ao se abster de determinar *a priori* a relação entre os sons, recusando-se a expressar o que quer que seja por meio do recorte da ligação entre os sons,

não visa nem a exprimir alguma coisa, nem a realizar uma estrutura formal. O que *faz* como compositor é inventar uma situação estética na qual os materiais são apresentados de maneira crua, ou seja, os sons não são trabalhados pela forma, são livres. Desse modo, oferece um campo onde se efetua uma *escuta* que não mais opera como receptora de uma música dada *a priori*, mas age como uma escuta compondo o que se ouve. “O caminho se faz ao caminhar”.

O que está em jogo não é mais o conhecimento ou o desvelar de uma significação musical, nem de uma percepção única do objeto-sonoro. Escutar implica estabelecer uma nova relação entre nós e o mundo. A música deixa de ser representação do mundo e torna-se experiência dos permanentes fluxos da vida, afirmando o *continuum* entre arte e vida, onde o “artista não é mais um ‘fazedor’, nem suas obras são ‘feituas’, mas sim ‘atos’. Se a obra de arte é uma peça de invenção, de criação, e se a arte está fundida à vida, obrigando o espectador a converter-se em artista, é necessário atrever-nos a ser livres para podermos ver através dos eventos, ver através do objeto e deixarmos que ele também nos veja” (Santos, 2002: 82).

Música como cadeia de signos ou música como esquema formal. Nada disso. A música, nesta perspectiva, é aquilo que se desfaz ao mesmo tempo em que se faz, é o atual e o virtual¹ por excelência, é o futuro como potência de escuta, é tornar sonora a potência do futuro.

A admissão do silêncio como componente da linguagem musical fez com que Cage encarasse a música em seu fluxo, em seu fluxo constante, onde “(...) a gente toma como um trampolim o primeiro som que aparece; o primeiro algo nos lança dentro do nada e desse nada surge o algo seguinte (...). [Afinal], nenhum som teme o silêncio que o extingue. E nenhum silêncio existe que não esteja grávido de sons.” (Cage, 1985: 98). É nele que a música se faz e é na relação com o devir que a música se faz. Ela não é muito mais que um jogo de criar e desfazer lugares.

Então, qual o propósito da música? “Um deles, é claro, é não lidar com propósitos, mas lidar com sons. Ou a resposta deve assumir a forma de um paradoxo: uma não intencionalidade intencional ou uma execução não

¹ Texto originalmente publicado em anexo à nova edição de *Dialogues*, de Gilles Deleuze e Claire Parnet (Paris, Flammarion, 1996). Disponível em http://antropologiassociativa.files.wordpress.com/2010/06/deleuze_1996_o-atual-e-o-virtual_bookchapt.pdf

intencional.” (Cage, 1961: 12. Tradução livre do autor) Jogo dos ritornelos onde, pelo tecer de uma malha de forças, dobram-se os limites perceptivos e arrasta-se o sujeito para além, para fora.

Música-significado. Música-sentido. Não interessa a discussão do significado de música. Música é um problema de escuta. *É colocar ouvidos por todas as partes (e mais de dois)*. Criar um ponto de escuta onde seja possível que uma miríade de forças atue. Nesse ato, o imprevisível torna-se sensível. É nele que emerge uma força que se faz sensível, que se põe em ressonância com o corpo. Uma sensação não é nada mais que um acidente, que um acontecimento. Eis, pois, o fazer música: fazer com que forças possam emergir de modo sensível em um material.

“Fazer escuta. Tomar a escuta como acontecimento que se faz junto à mudança da pressão de ar, ao que chamamos de som. Isso difere de ‘fazer escutar’, ou ‘fazer-se escutar’, emitir uma palavra de ordem, definida por padrões dados de antemão, que determinam o ato de escutar como um ato de representar e interpretar algo que se dá fora dele. Presos aos fenômenos, aos sons, suas fontes, seus significados, suas conotações e denotações, costumamos a notar que ‘tonal, modal, atonal não significam mais quase nada’” (Ferraz, 2005: 65).

Cage se perguntava: “como é que fica a Música, com respeito a seus instrumentos, suas alturas, escalas, modos e séries, repetindo-se de oitava a oitava, os acordes, harmonias e tonalidades, compassos, métricas e ritmos, graus de amplitude (...)? (...) Uma arte tardia essa, essa arte da Música. E por que tão devagar? Será porque, tendo aprendido uma notação de alturas e durações, os músicos não desistem do seu grego? As crianças têm sido artistas modernos há muito tempo. O que é que há com a Música, que ela impele não só os jovens, mas também os adultos para um passado tão remoto como as suas conveniências lhes permitem? O módulo? Mas nossas escolhas nunca envolveram todo o globo, e na nossa indolência, quando mudamos para o sistema de doze sons, só pegamos as alturas da música do passado como se estivéssemos mudando para um apartamento mobiliado e não tivéssemos tido tempo nem de tirar os quadros das paredes. Qual é a desculpa? (...) O que foi irrelevante para as estruturas que a gente antes fazia, e isso foi o que nos manteve respirando, foi o que ocorreu dentro delas. Tomamos o vazio delas pelo que ele era: um lugar em que tudo podia acontecer. Essa foi uma das razões pelas quais estávamos aptos quando

surgiram circunstâncias que nos convidavam (mudanças na consciência etc.) a sair, onde o ato de respirar é brinquedo de criança: sem paredes, nem mesmo as de vidro que, embora transparentes, matavam os pássaros em pleno voo.” (Cage, 1985: 122)

Como bem apontou Silvio Ferraz, baseando-se em Deleuze, já estava na hora de abandonarmos por um tempo o par matéria-forma, propondo-nos o par material-força. “Estivemos todo esse tempo presos às ferramentas, a modos de dar coesão aos fluxos de sensação que temos. Demos nomes às coisas, e sobre esses nomes montamos nossas afirmações e nossos sistemas. (...) Ao falarmos de música, vale notarmos essa transitoriedade e precariedade das ferramentas. Adotar uma ferramenta é fazer escutar. Já o fazer escuta é de outra ordem; nele compreendemos que as ferramentas se fazem no embate com o campo de trabalho. Fazer escuta é vincular, conectar pontos dispartados para a natureza e as coisas. Viver o acontecimento enquanto acontece.” (Ferraz, 2005: 66)

Ressoando Willy Corrêa e Silvio Ferraz, esse escrito em alguma medida segue a ideia de um escrito de sonoridades, onde se escreve basicamente passagens, discussões, escutas, pedaços, fragmentos, que compõem, a partir de uma composição musical escrita em texto, mais uma tentativa de agenciar essas coisas e essas não coisas com ideias e escritos vários sobre música, política e sobre John Cage, do que escrever algo propriamente acabado, resolvido e definitivo sobre música. Não deixar fechadas conexões nesse campo de batalha que é a composição-escrita, mas permitir a existência de pontas de conexões livres, de movimentos, de respiros, de justaposições, de quebras. Ritornelos, *perceptos e afectos*.

Essa proposta dialoga com Deleuze e Guattari que, ao escreverem sobre o livro – e creio que isto pode servir para toda a arte –, dizem: “não se perguntará nunca o que um livro quer dizer, significado ou significante, não se buscará nada compreender num livro, perguntar-se-á com o que ele funciona, em conexão com o que ele faz ou não passar intensidades, em que multiplicidades ele se introduz e metamorfoseia a sua, com que corpos sem órgãos ele faz convergir o seu. Um livro existe apenas pelo fora e no fora.” (Deleuze; Guattari, 1995: 12).

Não há, portanto, nada a ser descoberto na música, tampouco a ser decifrado. *Apenas fazer escutas*, isto é, permitir coexistirem linhas que passam por um e por outro, conectando o que está acontecendo com aquilo que seria

improvável, com aquilo que nunca poderemos provar que vai acontecer e, como dizia Immanuel Kant: “existem duas coisas que não precisam de medida, uma é o riso, a outra é a música. Não precisam significar nada, apenas devem nos dar pleno prazer” (Écoute, 2004).

Referências

CAGE, John. *Silence: Lectures and Writings*. Middletown (EUA): Wesleyan University Press, 1961.

_____. *De Segunda a Um Ano*. Tradução de Rogério Duprat. São Paulo: Hucitec, 1985.

CAMPOS, Augusto de. *Música de invenção*. São Paulo: Perspectiva, 2007.

CATALÃO, Marco Aurélio Pinotti. *Antologia e tradução comentada da obra poética de Antonio Machado*. 2002. Dissertação (Mestrado em Teoria e História Literária). Campinas: Universidade Estadual de Campinas.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. *Mil Platôs – capitalismo e esquizofrenia, vol. 3*. tradução de Aurélio Guerra Neto et al. Rio de Janeiro : Editora 34, 1996.

_____. *Mil Platôs – capitalismo e esquizofrenia, vol. 4*. Tradução de Suely Rolnik. São Paulo: Editora 34, 1997.

_____. *Mil Platôs – capitalismo e esquizofrenia, vol. 5*. Tradução de Peter Pál Pelbart. São Paulo, Editora 34, 1997.

_____. *O que é a Filosofia?*. Tradução de Bento Prado Jr. e Alberto Alonzo Muñoz. Rio de Janeiro: Ed.34, 1992.

FERRAZ, Silvio. *Livro das sonoridades*. Rio de Janeiro: Editora 7 Letras, 2005.

SANTOS, Fátima Carneiro dos. *Por uma escuta nômade: a música dos sons da rua*. São Paulo: Educ, Fapesp, 2002.

Audiovisual

ÉCOUTE. Direção: Miroslav Sebestik. Produção: Jacques Bidou. Roteiro: Anne Grange, Miroslav Sebestik. França: Facets Multimedia Distribution. 2004. 1 dvd (120 min), widescreen, color. Produzido por Centre Georges Pompidou, JBA Production, La Sept, Mikros Image, Sacem.

Maquiavel e a origem política dos conceitos políticos modernos

Antonio José Romera Valverde¹

“Sabe-se mais de política e de Estado, hoje, lendo Maquiavel e observando Richilieu, do que correndo atrás das últimas quantificações da politologia americana. Fiz esta experiência pessoalmente.”

(Mário Tronti. “Política e Poder”)²

85

Resumo: Com alguns *flashes* e indícios, intenta-se mostrar o avesso da invenção de *O Príncipe*, de Maquiavel, de modo a problematizar a origem política dos conceitos políticos modernos.

Palavras-chave: Maquiavel; *O Príncipe*; política; *I Primi Scritti Politici*; legazione; comissarie.

¹ Professor do Departamento de Filosofia da PUC-SP e do Departamento de Fundamentos Sociais e Jurídicos da EAESP-FGV. valverde@pucsp.br

² TRONTI, Mário. “Política e Poder” In Encontros com a Civilização Brasileira. n. 8. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, fevereiro de 1979, p. 49.

Em *O Príncipe*, Maquiavel escreveu que possuía “*una lunga sperienza delle cose moderne ed una continua lezione delle antiche.*” Arrematou nos *Discursos* ao registrar “*perché in quello io ho espresso quanto io so e quanto io ho imparato per una lunga pratica e continua lezione, delle cose del mondo.*” A lição dos antigos começara na biblioteca do pai advogado, razoável para os padrões da época. A iniciação às letras ele deveu à mãe, poeta, embora seus versos nunca viessem à luz. Em momento sereno de sua vida, estudou letras, em particular o Latim, e, autodidata, leu a coleção de livros do pai, sobremaneira, os clássicos de história e de literatura. Em 1497, transcreveu o longo poema filosófico, *De Rerum Natura*, de Lucrécio, sob inspiração epicurista, logo naturalista atomista, cuja confirmação e autógrafo são de 1961, e o original encontra-se depositada na Biblioteca Vaticana¹. Porém, Maquiavel nunca citou Lucrécio em suas obras. Há sim, de modo latente o porejar do pensamento naturalista lucreciano, como substrato significativo da obra maquiaveliana².

Imbuído do espírito de realismo político para as análises da ação política, aditava a este o interesse pela literatura e pelo teatro. Durante o exílio obsequioso, nas caminhadas pelos arredores da propriedade de San Casciano, trazia consigo sempre um livro, “ou Dante ou Petrarca, ou um desses poetas menores, como Tíbulo, Ovídio e semelhantes...”³. Portanto, não é fruto do acaso, Maquiavel ser considerado o prosador italiano por excelência, de par com Dante Alighieri, o poeta maior da língua italiana, mesmo escrevendo (ambos) em toscano.

O cenário em que quase tudo se passa é o conturbado contexto político da pátria italiana, - ainda que propriamente inexistente naquele momento -, carecendo de unificação, pois dividida em reinos, principados, repúblicas, tiranias. Porém, Maquiavel vivia em Florença, às margens de vir a ser o epicentro do mundo daqueles tempos, ao ensaiar o primeiro processo de globalização, dadas as convergências de todas as ordens em curso: financeira, industrial, comercial, artística, filosófica de talhe neoplatônico e cultural. Sob o fio da navalha da instabilidade política entre a prática do regime republicano, que remonta ao

¹ “...um jovem florentino copiava tranquilamente, por conta própria e na íntegra, o texto *Da Natureza*. Embora sua influência possa ser detectada, ele não o mencionou uma só vez de maneira direta nos famosos livros que veio a escrever. Ele era esperto demais para fazer uma coisa dessas. Mas sua letra foi identificada conclusivamente em 1961: a cópia feita por Niccolò Machiavelli. A cópia que Maquiavel fez de Lucrécio está preservada na Biblioteca Vaticana, MS Rossi 884.” In GREENBLATT, Stephen. **A Virada: o nascimento do mundo moderno**. Tradução Caetano W. Galindo. São Paulo: Cia. das Letras, 2012, pp. 186-187.

² A propósito, conferir CELLI, Carlo. *Il Carnevale di Machiavelli*. Firenze: Leo S. Olschki, MMIX.

³ MAQUIAVEL, N. “Carta de Maquiavel a Francesco Vettori”. In **Maquiavel**. Tradução Livio Xavier. São Paulo: Abril, Janeiro 1973, pp. 111-114.

século XII, na Lombardia e na Toscana, e as manipulações de tal regime sob a égide da poderosa família Medici, a partir de 1434, momento do retorno do exílio a Florença do patriarca Cosimo de' Medici. Contudo, à família Medici pertenceu Lorenzo de' Medici, banqueiro, mecenas, industrial, comerciante, poeta, chefe político com capacidade de unificar a Itália. Figura na qual a burguesia se autorreconheceu, finalmente, como classe social. Porém, falecido em 1492, sem deixar herdeiro com sua envergadura política. De modo aparentemente contraditório, com ele começara o processo de refeudalização, pois não teve como fazer progredir os investimentos financeiros. A refeudalização será o marco do início da derrocada italiana no concerto europeu da época.

Se o cenário político revela a importância de Florença no contexto europeu, é necessário recordar que Maquiavel viajou a trabalho, durante quinze anos, praticamente, para representá-la em legações e em *commissarie* políticas. França, Alemanha, quase todas as regiões da Itália, estiveram nas rotas de viagem de Maquiavel. Viajando a cavalo, sob os rigores do inverno, atravessava os Apeninos para negociar e observar a ação política. Afinal, para Maquiavel interessava somente a política. Vez que não pretendia reformar os homens nem a sociedade. – A galope, deduziu aos poucos e aos trancos que o 'príncipe' é pura aparência. Eis talvez o desafio central do príncipe maquiaveliano: fundar e conservar o Estado, em vista do trabalho mais árduo e difícil da ação política: o bem público. – Tomo licença para alterar 'bem comum', que soa tão aristotélico por 'bem público', mais moderno e de talhe mais maquiavelista.

Em missiva de 10 de dezembro de 1513, endereçada ao amigo Francesco Vettori, Embaixador de Florença junto ao Papa Leão X⁴, Maquiavel conta, entre outras coisas, que escrevera um 'livrinho', como carinhosamente referia-se ao *De Principatus*, em que “me aprofundo quanto posso nas cogitações deste tema, debatendo o que é principado, de que espécies são, como se conquistam, como se mantêm, porque se perdem.” Porém, anunciava um lance de autocensura, que um amigo comum informaria a Vettori acerca “dos argumentos que tive que suprimir, se bem que ainda eu o aumente e corrija.” Expõe sua condição atual, “desprezível por pobreza”. Ao que acrescenta: “desejaria muito que estes senhores Médici comessem a lembrar-se de mim se tivessem que começar a fazer-me voltar uma pedra; porque, se depois não ganhasse seu favor, eu mesmo me lamentaria, pois que quando lido o livro, ver-se-ia que quinze anos

⁴ Francesco Vettori foi Embaixador de Florença junto ao Papa Leão X, entre 1513 e 1515.

que estive em estudo da arte do Estado, não os dormi, nem brinquei...”⁵. Nesta passagem, Maquiavel justifica a dedicatória de *O Príncipe* ao “magnífico Lorenzo, filho de Piero de’ Medici”. - É, praticamente, tudo que o próprio Maquiavel escreveu acerca de *O Príncipe*, publicado em 1532, cinco anos após sua morte.

É imensa a bibliografia acerca da filosofia política de Maquiavel, em que há o reconhecimento do pensamento político maquiaveliano, antes de nada, como um pensamento político filosófico unitário, com método⁶ próprio para além do parágrafo inicial do Cap. XV, de *O Príncipe*, em que há um esboço de antiutopismo, realismo, anti-idealização política, pelo interesse no conhecimento da “verdade efetiva das coisas”, desde a escrita de “coisa útil para os que se interessarem”. O esboço de método e de programa foi seguido por Maquiavel, *grasso modo*, em todas as obras, além da defesa da liberdade cívica, no mesmo passo que atentava para a não tão nascente noção de razão de Estado, e do próprio Estado, termo utilizado 127 vezes em *O Príncipe*.

Contudo, raros são os estudos que ao tratarem dos aspectos centrais de sua concepção política, tomam em conta a obra *I Primi Scritti Politici*, expressão a caminho de consagração inventada por J.-J. Marchand para os primeiros escritos políticos de Maquiavel. Organizada postumamente, tais escritos são como que *relatórios reflexivos* acerca de suas missões políticas, como Segundo Secretário da Chancelaria da República de Firenze, datados e, na maioria, autografados, de 1499 a 1512. J.-J. Marchand, em 1975, aplainou a compreensão do sentido de tais relatórios ao contextualizá-los, ao explorar o universo histórico, filológico, estilístico, com o aditamento das circunstâncias de redação de cada um dos *relatórios*, porém sem tratar dos nexos e das relações entre os relatórios e as obras consideradas maiores: *Il Príncipe* e os *Discorsi sopra la prima deca de Tito Livio*. Nos primeiros escritos, Maquiavel *salto* da empiria dos fatos da vida política de seu tempo, na maioria dos quais esteve presente como secretário político, para lançar os fundamentos basilares da filosofia política moderna. A esclarecer que o conhecimento da *verità effettuale delle cose*, não era obra do acaso.

Outra peça importante, pressentida a necessidade de compor mais amplamente o quadro em torno de *I Primi Scritti Politici*, é a edição de duas obras resultantes de minuciosa pesquisa, feitas por dois grupos diferentes de

⁵ MAQUIAVEL, N. “Carta de Maquiavel a Francesco Vettori”. In **Maquiavel**. Tradução Livio Xavier. São Paulo: Abril, Janeiro 1973, p.114.

⁶ Ver ZANZI, Luigi. I ‘Segni’ della Natura e I ‘Paradigmi della Storia: il Metodo del Machiavelli. Manduria: Lacaita, 1981.

pesquisadores, em momentos diferentes, com interesses mais ou menos díspares, contudo convergentes. A primeira: MACHIAVELLI, Niccolò, *Legazioni e Commissarie*, a cura de Sergio Bertelli, 3 volumes, Milano, Feltrinelli, 1964, aproximadamente 1.700 páginas. A segunda: MACHIAVELLI, Niccolò, *Legazioni. Commissarie. Scritti di Governo*, a cura de Fredi Chiapelli, 4 volumes, Bari, Laterza, 1971. O primeiro abrange todo o período em que Maquiavel trabalhou como Secretário da Chancelaria de Florença, até 1512, mas é menos denso. O segundo abrange de 1498 até 1505, porém é mais completo e contém 2.492 páginas. O que contêm estes volumes? - Cartas, ordenações, bilhetes, recomendações, redigidos pela Signoria, pelo Conselho dos Dez, pelos Bispos locais ou não, pelos Chefes políticos de cidades aliadas eventuais de Florença, pelos particulares endinheirados, mais as respostas intermediárias de Maquiavel, e novamente cartas, bilhetes, escusas, recomendações *etc.*

Em outras palavras, o que aparece em *I Primi Scritti Politici* é o resultado da fina trama de ordens e contra-ordens, de articulações, de negociações, de tráfego de interesses públicos, de interesses híbridos e de interesses particulares, unidos pela urdidura das legações políticas, que Maquiavel soube tão bem articulá-las e refletir sobre elas. Para entender, no detalhe, os *relatórios* maquiavelianos é necessário consultar e conferir passo a passo como a rede de influências políticas operava e era operada através de ordens e contra-ordens, de modo a chegar com sucesso ou não a uma negociação política. Maquiavel, Segundo *Segretario* político da República de Firenze, agiu recebendo a bateria de informações, sofrendo a pressão das forças políticas e de interesses diversos, que estiveram em jogo a cada momento. Há nesses uma luz formidável, até o momento, ainda praticamente inédito para o estudioso brasileiro. – Atualmente existem outras coletâneas que agrupam os mesmos textos, já divulgados, e outros encontrados recentemente, da mesma ordem.

Os *flashes*, de luz rápida, e os indícios apontam para os bastidores da construção de *O Príncipe* e a origem política dos conceitos políticos modernos. Assim, o leitor poderá construir por si as reflexões desde os indícios e os *flashes*.

Sampa, Primavera de 2013.

